

RELACIONAMENTO DE VALOR

O BRB – Banco de Brasília S.A. está comprometido com as melhores práticas referentes à responsabilidade socioempresarial. O presente documento - Relacionamento de Valor - estabelece os princípios norteadores da relação do BRB com seus fornecedores e tomadores de crédito para construção de uma sociedade que compatibiliza eficiência econômica com equidade social e com preservação ambiental. Sua adesão é voluntária.

Expectativa

Alguns princípios e práticas devem estar presentes no cotidiano de todas as empresas. Os temas deste documento elevam a atuação das empresas ante seu grupo de relacionamento. Esperamos de nossos fornecedores e tomadores de crédito uma relação confiável e parceira no desenvolvimento social.

Atendimento à Legislação e às Normas

As relações do BRB - Banco de Brasília S.A. são pautadas no cumprimento da Legislação Federal e do Distrito Federal vigentes e na observância aos pactos dos quais o Banco seja signatário, assim como à Política e normas internas estabelecidas.

Alinhado às melhores práticas empresariais e no contexto da Responsabilidade Socioempresarial, o BRB convida você a aderir aos princípios relacionados com os seguintes temas:

1. RESPEITO AO MEIO AMBIENTE:

- Cumprimento da legislação ambiental vigente.
- Envolvimento com as práticas de responsabilidade ambiental.

2. PROTEÇÃO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE:

- Não se envolver nem apoiar qualquer trabalho realizado por criança, menor de 16 anos de idade, exceto na condição de aprendiz.
- Assegurar que nenhum trabalhador jovem, ou seja, acima de 16 anos e abaixo de 18 anos, esteja empregado durante o horário escolar, no período noturno e exposto a riscos ou ambiente insalubre.
- Respeitar os direitos da criança, conforme Resolução 146 da OIT.

3. COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO

- Repudiar qualquer forma de trabalho forçado.
- Proibir trabalhos ou serviços feitos sob ameaça.

4. PROMOÇÃO DA SAÚDE E DA SEGURANÇA

- Proporcionar um ambiente de trabalho seguro e saudável.
- Atuar de forma a prevenir acidentes de trabalho.

5. LIBERDADE DE ASSOCIAÇÃO E DIREITO À NEGOCIAÇÃO COLETIVA

- Garantir o direito de todos os colaboradores de formarem e associarem-se a sindicatos ou associações da categoria.

6. RESPEITO À DIVERSIDADE

- Não se envolver nem apoiar a discriminação na contratação, remuneração, acesso a treinamento, promoção, encerramento de contrato ou aposentadoria, com base em raça, naturalidade, nacionalidade, classe social, religião, deficiência, gênero, opção sexual, responsabilidades familiares, estado civil, associação a sindicato, opinião política, idade ou qualquer outra condição que poderia dar ensejo à discriminação.

7. REJEIÇÃO AO ABUSO DE PODER

- Impedir a punição corporal, mental, coerção física e assédio moral ou sexual em relação aos trabalhadores.

8. RESPONSABILIDADE SOCIOEMPRESARIAL

- Manter as relações e a política institucional em conformidade com as normas e legislações vigentes, principalmente aquelas relativas às três dimensões da sustentabilidade – econômica/social/ambiental.
- Fortalecer a visão da Responsabilidade social, como investimento permanente e necessário para o desenvolvimento da sociedade.

9. COMPROMISSO COM O APERFEIÇOAMENTO

- Comprometer-se a reparar ou aperfeiçoar os processos que estão em desacordo com os princípios relacionados neste documento

COMUNICADO

É de responsabilidade do licitante o acompanhamento das alterações do Edital. **O BRB não se responsabiliza pelo desconhecimento de informações disponibilizadas no site www.comprasgovernamentais.gov.br ou por problemas de conexão e/ou falha na comunicação por meio da Internet.**

Informações: Telefones (61) 3412-8776, 3412-8311 e 3412-8182.

BRB - BANCO DE BRASÍLIA S.A.

DIRETORIA DE GESTÃO DE PESSOAS E ADMINISTRAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 064/2016

PROCESSO Nº 041.000.646/2016

O BRB - BANCO DE BRASÍLIA S.A., na pessoa do Pregoeiro, designado por ato do Senhor Diretor-Presidente do BRB na Portaria nº 36, de 26/4/2016, publicada no Diário Oficial do Distrito Federal, de 02/05/2016, torna público, para conhecimento dos interessados, que no dia, hora e local designados neste Edital, realizará certame licitatório, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, pelo tipo menor preço, na forma de execução indireta, sob regime de empreitada por preço global, cujo objeto está definido abaixo, na forma de execução indireta, nos termos da Lei nº 10.520/2002 e Lei nº 8.666/1993, de acordo com as condições deste Edital e seus Anexos.

DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO ELETRÔNICO:

DIA: 15/ 09 /2016

HORÁRIO: 14 horas (horário de Brasília/DF)

ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.comprasgovernamentais.gov.br

UASG: 925008

1 DO OBJETO

- 1.1 A presente licitação tem como objeto a contratação de empresa especializada para prestação, de forma contínua, de serviços de vigilância e segurança armada e desarmada do patrimônio, diretores, empregados, prestadores, usuários e clientes, nas dependências do Banco de Brasília S.A – BRB - localizadas no Distrito Federal – **REGIÃO II**, conforme o Edital e seus Anexos.
- 1.2 Em caso de discordância existente entre as especificações descritas no sítio **Comprasnet** (www.comprasgovernamentais.gov.br) e as especificações constantes deste Edital, prevalecerão as últimas.

2 DA DESPESA

- 2.1 A despesa estimada com a execução do serviço de que trata o objeto é de até **R\$ 37.915.869,60 (Trinta e sete milhões, novecentos e quinze mil, oitocentos e sessenta e nove reais e sessenta centavos)**, para um período de 30 (trinta) meses.

3 DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

- 3.1 Os interessados deverão estar previamente credenciados perante o sistema eletrônico provido pela Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SLTI), por meio do sítio www.comprasnet.gov.br.
- 3.1.1 Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, obtidas junto à SLTI, onde também deverão informar-se a respeito do seu funcionamento e regulamento e receber instruções detalhadas para a sua correta utilização.
- 3.1.2 O uso da senha de acesso ao sistema eletrônico é de inteira e exclusiva responsabilidade do licitante, incluindo qualquer transação por ela efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao BRB responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

- 3.1.3 O credenciamento do licitante ou de seu representante perante o provedor do sistema implicará responsabilidade legal pelos atos praticados e presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão na forma eletrônica.
- 3.1.4 Caberá ao licitante comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio do acesso.
- 3.2 Não poderão participar deste Pregão:
 - 3.2.1 Autor do projeto, básico ou executivo, pessoa física ou jurídica;
 - 3.2.2 consórcio de empresa, qualquer que seja sua forma de constituição;
 - 3.2.3 empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou executivo ou da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto ou controlador, responsável técnico ou subcontratado;
 - 3.2.4 empresa ou sociedade estrangeira;
 - 3.2.5 empresa suspensa de participar de licitação ou impedida de contratar com o BRB;
 - 3.2.6 empresa que esteja declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;
 - 3.2.7 empresa cujo objeto social não seja pertinente e compatível com o objeto deste Pregão;
 - 3.2.8 cooperativa de mão de obra;
 - 3.2.9 direta ou indiretamente, nos termos do art. 9º da Lei nº 8.666/93, o empregado ou dirigente do BRB.
- 3.3 Como requisito para participação neste Pregão, o licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico:
 - 3.3.1 que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus Anexos, bem como cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital deste Pregão;
 - 3.3.2 que até a data da realização deste pregão inexistem fatos impeditivos para a sua habilitação neste Pregão e está ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
 - 3.3.3 que não possui em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, nos termos do inciso III e IV do art.1º e no inciso III do art.5º da Constituição Federal;
 - 3.3.4 que, para fins do disposto no Inciso V do Art. 27 da Lei nº 8.666/93, não emprega menor de 18 (dezoito) anos de idade em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988;
 - 3.3.5 que, sendo Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, cumpre os requisitos do Art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, em seu Art. 34 e que a empresa está apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos Art. 42 ao 49 da citada Lei Complementar.
- 4 DA DESCONEXÃO DO PREGOEIRO**
 - 4.1 Se ocorrer a desconexão do Pregoeiro no decorrer da etapa de lances e o sistema eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.
 - 4.2 No caso de desconexão do Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão será suspensa automaticamente e terá reinício

somente após comunicação expressa aos participantes no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br.

5 DA PROPOSTA INICIAL

- 5.1 O licitante deverá encaminhar proposta, na forma expressa no sistema eletrônico, até a data e o horário marcados para abertura da sessão, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento das propostas.
- 5.2 O licitante deverá consignar o **VALOR TOTAL PARA 30 MESES**, considerando as planilhas constantes do **Anexo III**, observando-se os quantitativos estimados e os preços máximos ali indicados, os quais são os valores máximos aceitos pelo BRB, já considerados e inclusos os tributos, fretes, tarifas, seguros, transporte, estada e todas as demais despesas decorrentes da execução do objeto, inclusive os diferenciais de alíquota entre o Estado produtor e o Distrito Federal, se houver.
- 5.2.1 quando da inclusão da proposta no sistema Compranet, os interessados devem atentar para a **não inserção de dados ou informações que permitam a identificação dos licitantes**, sob pena de desclassificação da proposta.
- 5.3 Até a abertura da sessão, o licitante poderá retirar ou substituir a proposta anteriormente encaminhada.
- 5.4 Os licitantes, antes de registrarem o(s) valor(es), deverão analisar toda a documentação referente a presente licitação, dirimindo, oportunamente, todas as dúvidas, de modo a não incorrerem em omissões, que jamais poderão ser alegadas em favor de eventuais pretensões de acréscimo dos preços propostos.

6 DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

- 6.1 A abertura da sessão pública deste Pregão, conduzida pelo Pregoeiro, ocorrerá na data e na hora indicadas no preâmbulo deste Edital, no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br.
- 6.2 Após a abertura, o Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando aquelas que não apresentarem conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.
- 6.3 A desclassificação de proposta será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 6.4 A comunicação entre o Pregoeiro e os licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.
- 6.5 Cabe ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

7 DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

- 7.1 Somente os licitantes com propostas classificadas participarão da fase de lances.
- 7.2 O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pelo Pregoeiro, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 7.2.1 A classificação das propostas levará em consideração o menor preço, observados os critérios estabelecidos neste Edital.

8 DA FORMULAÇÃO DE LANCES

- 8.1 Aberta a etapa competitiva, os licitantes classificados poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do recebimento e respectivo horário de registro e valor.
- 8.2 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, não sendo aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar, pelo sistema.
- 8.3 O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado no sistema.

- 8.4 Durante o transcurso da sessão, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do ofertante.
- 8.5 Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade do licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.
- 8.6 Durante a fase de lances, o Pregoeiro poderá excluir, justificadamente, lance cujo valor for considerado inexequível.
- 8.7 A etapa de lances da sessão pública será encerrada por decisão do Pregoeiro mediante aviso de fechamento iminente.
- 8.8 O sistema eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de tempo de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 8.9 Após o encerramento da fase de lances, o próprio sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, fazendo a comparação entre os valores da primeira colocada, caso esta não seja uma microempresa ou empresa de pequeno porte, e dos demais licitantes que tenham se declarado microempresas ou empresas de pequeno porte na ordem de classificação.
- 8.10 Em observância a Lei Complementar nº 123/2006, será assegurado, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.
- 8.10.1 Para efeito do disposto no subitem 8.10, entende-se por empate ficto aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas ou empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superior ao melhor preço.
- 8.10.2 Ocorrendo empate, serão adotados os seguintes procedimentos, conforme disposto no Artigo 45 da Lei Complementar nº 123/2006:
- I - o sistema selecionará os itens que se enquadram na forma do subitem 8.10.1, disponibilizando-os automaticamente nas telas do Pregoeiro e do fornecedor, e encaminhará mensagem automática, por meio do chat, convocando a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada a fazer sua última oferta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, com valor obrigatoriamente inferior ao da primeira colocada, sob pena de preclusão (Artigo 45, §3º, da Lei Complementar nº 123/2006);
- II - caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte mais bem classificada não ofereça proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, o sistema convocará automaticamente as remanescentes, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;
- III - no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas ou empresas de pequeno porte, será realizado sorteio eletrônico entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar a melhor oferta.
- 8.11 Na hipótese da não contratação nos termos previstos nas alíneas “I”, “II” e “III” do subitem anterior, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame (Artigo 45, §1º da Lei Complementar nº 123/2006).
- 8.12 O disposto no subitem 8.10 somente se aplicará quando a melhor oferta não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte (Artigo 45, §2º da Lei Complementar nº 123/2006).
- 9 DA NEGOCIAÇÃO**
- 9.1 Após o encerramento da etapa de lances, o Pregoeiro poderá encaminhar contraproposta diretamente ao licitante que tenha apresentado o lance mais

vantajoso, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento e o valor estimado para a contratação, não se admitindo negociar condições diferentes das previstas neste Edital;

- 9.1.1 a negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

10 DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

- 10.1 Encerrada a etapa de lances e concluída a negociação, quando houver, o Pregoeiro fixará prazo ao licitante detentor do menor lance para o envio da proposta de preços, adequada ao último lance;
- 10.2 Sob pena de ser rejeitada, a proposta deverá:
- 10.2.1 ser redigida em língua portuguesa (exceto termos técnicos) e apresentada datilografada ou impressa em via única pela empresa licitante, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, datada e assinada e, ainda, rubricada em todas as folhas pelo proponente;
- 10.2.2 Ter validade de 90 (noventa) dias, contados da data de abertura da sessão pública. Caso o licitante não informe a data de validade da proposta, será considerado que foi estabelecido o prazo de 90 (noventa) dias.
- 10.2.3 Conter Planilha de Preços, apresentando os quantitativos, os valores unitários mensais, totais mensais, e total para 30 (trinta) meses conforme modelo do Anexo III, a partir das informações e condições estipuladas no Anexo I, expressos em algarismos, em moeda nacional, já considerados e inclusos os tributos, fretes, tarifas, seguros e todas as demais despesas decorrentes da execução do objeto;
- 10.2.4 Conter a Planilha de Formação de Preços, conforme modelo do Anexo II;
- 10.3 O Pregoeiro examinará a proposta do menor lance oferecido, quanto à compatibilidade do preço em relação ao valor estimado para a contratação.
- 10.4 Não será aceita proposta que contenha preços excessivos ou manifestamente inexequíveis.
- 10.5 Será rejeitada a proposta que apresentar valor irrisório ou de valor zero, incompatível com os preços de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que este Edital não estabeleça limites mínimos.
- 10.6 Será rejeitada a proposta que não atender às exigências do presente Edital e seus Anexos, seja omissa ou apresente irregularidades insanáveis.
- 10.7 Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital de Pregão, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido.
- 10.8 O Pregoeiro poderá solicitar pareceres de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal do BRB ou, ainda, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ele, para orientar sua decisão.
- 10.9 Havendo aceitação da proposta de menor lance quanto à compatibilidade de preço, o Pregoeiro solicitará do respectivo licitante o encaminhamento dos documentos de habilitação.
- 10.10 Se a proposta não for aceita ou se o licitante não atender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e, assim, sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda a este Edital.
- 10.11 Decorrido o prazo de validade das propostas, sem convocação para contratação, ficam os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

11 DA HABILITAÇÃO

- 11.1 Para fins de habilitação ao certame, o licitante deverá satisfazer os requisitos relativos a:
- 11.1.1 habilitação jurídica;
- 11.1.2 regularidade fiscal e trabalhista;

- 11.1.3 qualificação econômico-financeira;
- 11.1.4 qualificação técnica;
- 11.2 A **habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista e qualificação econômico-financeira** serão comprovadas mediante consulta *online* no SICAF, logo após o encerramento dos lances eletrônicos.
- 11.2.1 Na hipótese de o licitante não apresentar habilitação válida no SICAF ou não seja cadastrado, deverá proceder conforme o Artigo 14 do Decreto Federal nº 5.450, de 31 de maio de 2005, encaminhando a documentação que supra tal habilitação, conforme solicitação do Pregoeiro.
- I - Para a regularidade fiscal, será observado o disposto nos artigos 42 e 43 da Lei Complementar 123, de 14/12/2006.
- 11.2.2 O licitante deverá apresentar, ainda, os seguintes documentos complementares:
- I - certidão negativa de falência ou concordata, expedida pelo cartório distribuidor da sede do licitante, cuja validade não tenha se encerrado antes da data estabelecida para a sessão pública deste Pregão;
- a) não estando explícita na certidão a data de validade, será considerado o prazo de validade do documento emitido no Distrito Federal, que é de 30 (trinta) dias;
- II - certidão negativa de débitos trabalhistas, conforme Lei nº 12.440/2011 (www.tst.jus.br/certidao);
- III - Registro comercial, no caso de empresário individual;
- IV - Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores e alterações ou da consolidação respectiva;
- V - Cédula de identidade do administrador da empresa;
- 11.2.3 A não apresentação do documento constante do inciso II não implicará na inabilitação do licitante, salvo se não houver possibilidade de sua consulta via internet.
- 11.2.4 A boa situação financeira da empresa será avaliada por meio dos índices econômicos (LG – Liquidez Geral; LC – Liquidez Corrente; SG – Solvência Geral), comprovados por meio de consulta no SICAF, que deverão ser igual ou maior que 01 (um).
- I - Quando qualquer dos índices (Liquidez Geral, Liquidez Corrente ou Solvência Geral) calculados e informados pelo SICAF apresentar resultado inferior a 1 (um), a empresa deverá comprovar um patrimônio líquido não inferior a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação;
- II - Caso na Declaração do SICAF não conste o valor do patrimônio líquido ou o valor informado seja inferior a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, a comprovação solicitada no Inciso anterior deverá ser feita por meio da apresentação do último balanço patrimonial e demonstrações contábeis, exigidos e apresentados na forma da lei, sendo:
- a) Para sociedades anônimas, regidas pela Lei nº 6.404/76, o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis do último exercício social devem ter sido, cumulativamente: registrados e arquivados na junta comercial; publicados na imprensa oficial da União, ou do Estado, ou do Distrito Federal, conforme o lugar em que esteja situada a sede da companhia; e publicados em jornal de grande circulação editado na localidade em que esteja situada também a sede da companhia.
- b) Para as demais empresas, o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis devem constar das páginas correspondentes do Livro Diário, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou do domicílio do licitante (ou em outro órgão equivalente), com os competentes termos de abertura e de encerramento.

- 11.2.5 O Pregoeiro poderá, ainda, consultar sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões, para verificar as condições de habilitação dos licitantes.
- 11.2.6 Os documentos que não estejam contemplados no SICAF ou que nele constem como vencidos na data de abertura da licitação, deverão ser remetidos em conjunto com a documentação na forma que for solicitada pelo Pregoeiro.
- 11.3 A **qualificação técnica** será comprovada mediante:
- 11.3.1 1 (um) atestado/certidão de capacidade técnica, ou mais, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove que a aptidão da empresa para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com os serviços objeto desta licitação.
- I - O licitante deverá comprovar que tenha executado contrato com um mínimo de 50% (cinquenta por cento) do número de postos de trabalho a serem contratados nesta licitação;
- II - O licitante poderá apresentar atestado de um único contrato ou da totalidade de um ou mais contratos;
- III - Se necessário, o BRB poderá solicitar cópias dos contratos a que se referem o(s) atestado(s).
- 11.3.2 De acordo com o § 9º do Art. 19, da IN nº 06 de 23 de dezembro de 2013, que altera a IN nº 02 de 30 de abril de 2008, da Secretaria de Logística e tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão, somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução.
- 11.3.3 Autorização, ou o Documento de Revisão da Autorização, de funcionamento da empresa no Distrito Federal, em plena validade, concedida pelo Departamento de Polícia Federal, conforme estabelece a Lei nº 7.102, de 20/06/1983, Decreto nº 89.056, de 24/11/1983 e Portaria nº 3.233/2012-DG/DPF, de 10/12/2012, do Ministério da Justiça;
- 11.3.4 Certificado de Segurança expedido pelo Departamento de Polícia Federal no Distrito Federal, de acordo com a Portaria nº 3.233/2012-DG/DPF, de 10/12/2012, do Ministério da Justiça;
- 11.4 **O licitante melhor classificado deverá apresentar, também, os seguintes documentos:**
- 11.4.1 Declaração de que não possui em seu quadro de pessoal, administrador, proprietário ou sócio com poder de direção, com vínculo familiar com funcionário detentor de função de confiança do Banco de Brasília S.A, nos termos do art. 8º do Decreto nº 32.751/2011, conforme **Anexo V**.
- 11.4.2 Os licitantes que se declararem como ME ou EPP, nos termos da LC 123/2006, deverão comprovar essa condição, preferencialmente, mediante apresentação de **certidão expedida pela Junta Comercial de seu domicílio**, conforme o Art. 8º da IN 103 do Departamento Nacional de Registro do Comércio, de 30/04/2007, a qual deverá ser encaminhada ao Pregoeiro juntamente com os demais documentos, na forma dos **itens 11.6 e 11.7**;
- I - Tratando-se de sociedade simples, a comprovação da qualidade de ME ou EPP poderá ser auferida conforme disposto na Lei Complementar 123/2006, art. 3º, incisos I e II, e parágrafos 1º, 2º e 10º, observando-se, ainda, as exceções previstas no parágrafo 4º do mesmo artigo, devendo tal condição ser demonstrada mediante a apresentação de balanços, nos termos previstos em lei e na forma dos **itens 11.6 e 11.7** ou por meio de consulta aos dados cadastrados no SICAF, se forem estes suficientes para a prova pretendida.
- 11.5 Para fins de habilitação, a verificação em sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova.

- 11.6 A proposta ajustada ao lance final do licitante vencedor e os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF, inclusive quando houver necessidade de envio de anexos, deverão ser remetidos conforme solicitado pelo pregoeiro no chat do Comprasnet, no prazo a ser estabelecido também pelo pregoeiro, para fins de análise preliminar da documentação.
- 11.7 Vencida a análise preliminar, os documentos enviados conforme o subitem anterior deverão ser encaminhados, originais ou cópias autenticadas, no prazo a ser estabelecido pelo Pregoeiro contado de sua solicitação, à Gerência de Contratações - GECON, situada no SBS Q1, Bloco E, 16º andar – Ed. Brasília – CEP 70.072-900 – Brasília – DF.
- 11.8 Constatado o atendimento às exigências fixadas neste Edital, o licitante será declarado vencedor.

12 RECURSO

- 12.1 Declarado o vencedor, o Pregoeiro abrirá prazo, durante o qual, qualquer licitante poderá, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer.
- 12.2 A falta de manifestação imediata e motivada da intenção de interpor recurso, no momento da sessão pública deste Pregão, implicará na decadência desse direito, ficando o Pregoeiro autorizado a adjudicar o objeto ao licitante vencedor.
- 12.3 O Pregoeiro examinará a intenção de recurso, aceitando-a ou, motivadamente, rejeitando-a, por algum pressuposto de admissibilidade, em campo próprio do sistema.
- 12.4 O licitante que tiver sua intenção de recurso aceita deverá registrar as razões do recurso, em campo próprio do sistema, no prazo de 3 (três) dias úteis, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados a apresentar contrarrazões, também via sistema, em igual prazo, que começará a correr do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos, indispensáveis à defesa dos seus interesses.
- 12.5 O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

13 DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

- 13.1 O objeto deste Pregão será adjudicado **GLOBALMENTE** ao licitante vencedor, após decididos os recursos, quando houver, sujeito à homologação pela Autoridade Competente.
- 13.2 Cabem ao Pregoeiro as atribuições dispostas no art. 11 do Decreto nº 5.450/2005.
- 13.3 À Autoridade Competente cabe:
- 13.3.1 adjudicar o objeto deste Pregão ao licitante vencedor, se houver interposição de recurso;
- 13.3.2 homologar o resultado e promover a contratação correspondente a este Pregão;
- 13.3.3 anular este Pregão por ilegalidade de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado;
- 13.3.4 revogar este Pregão, se for considerado inoportuno ou inconveniente ao interesse público, por motivo de fato superveniente devidamente comprovado.
- 13.4 É facultado ao Pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase deste Pregão, promover diligências destinadas a esclarecer ou completar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de informação ou de documentos que deveriam constar originariamente da proposta ou da documentação.
- 13.5 No julgamento das propostas e na fase de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação e habilitação.

14 DO CONTRATO

- 14.1 As obrigações decorrentes deste Pregão estão consignadas no **Anexo I** e em Contrato, conforme minuta constante do **Anexo VI**, procedendo-se às adaptações cabíveis à presente licitação, que guardará rigorosa conformidade com suas disposições e com os termos da proposta vencedora.
- 14.2 Para a formalização do Contrato, a empresa adjudicatária deverá entregar ao BRB, no SBS, Quadra 01, Bloco "E", Edifício Brasília, 16º andar, Brasília/DF, em até 03 (três) dias úteis após a comunicação pela Gerência de Contratações - GECON do BRB, cópias autenticadas do contrato/estatuto social e suas alterações, identidade e CPF do(s) responsável(eis) pela assinatura do Contrato e instrumento de outorga de poderes, quando for o caso.
- 14.3 A empresa adjudicatária deverá assinar e devolver o Contrato ao BRB no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar do seu recebimento.
- 14.3.1 O prazo para assinatura do Contrato poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo licitante vencedor, durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo BRB.
- 14.4 Na formalização do Contrato serão verificadas as condições de validade da habilitação do licitante vencedor.
- 14.5 Qualquer condição apresentada pelo licitante vencedor em sua proposta, desde que pertinente e compatível com os termos deste Edital, e que não altere ou de qualquer forma modifique o objeto, especificações ou forma de execução do objeto, poderá ser acrescentada ao instrumento contratual.
- 14.6 As disposições constantes deste Edital e seus Anexos, bem como os compromissos assumidos pelo licitante vencedor, para todos os efeitos legais, serão partes integrantes do Contrato, independentemente de sua transcrição.
- 14.7 É facultado ao Pregoeiro, quando o convocado não assinar o Contrato, no prazo e nas condições estabelecidas, convocar outro licitante, obedecida a ordem de classificação, para assiná-lo, após negociação, aceitação da proposta e comprovação dos requisitos de habilitação.

15 DO PAGAMENTO

- 15.1 O pagamento será efetuado através de crédito em conta corrente da Contratada ou por meio de ordem bancária para pagamento de faturas com código de barras, mensalmente, até o 3º (terceiro) dia útil do mês subsequente ao da prestação dos serviços, mediante apresentação do documento fiscal, até o dia 25 (vinte e cinco) do mês da prestação dos serviços, em conformidade com as condições descritas na Minuta de Contrato (**Anexo VI**).
- 15.2 O pagamento do Contrato de prestação de serviços pela empresa vencedora do certame ficará condicionado a:
- 15.2.1 Comprovação de abertura de conta-corrente vinculada – bloqueada para movimentação – no nome da empresa;
- 15.2.2 Apresentação, pela empresa a ser Contratada, de termo específico que permita ao gestor do Contrato ter acesso aos saldos e extratos da conta-corrente vinculada, para efeito de controle;
- 15.2.3 O saldo da conta vinculada será remunerado pelo índice da poupança ou outro definido conforme acordo de cooperação firmado entre o Contratante e o Ponto de Atendimento Bancário detentor da conta da empresa.
- I - A contratada deverá apresentar o comprovante de abertura da conta vinculada, juntamente, com a documentação fiscal do primeiro mês da prestação dos serviços, conforme item 15.1. Caso esse documento não seja apresentado o pagamento ficará retido até a apresentação do referido comprovante.
- 15.3 Incumbe a empresa vencedora proceder com a abertura de conta vinculada, preferencialmente no Banco de Brasília S.A, para depósito dos valores

provisionados para o pagamento das férias, 13º salário e rescisão contratual dos trabalhadores, nos termos da Lei Distrital 4.636, de 23 de Agosto de 2011.

16 DAS SANÇÕES APLICÁVEIS AO LICITANTE E À CONTRATADA

- 16.1 Com fundamento no artigo 7º da Lei nº 10.520/2002 e no art. 28 do Decreto nº 5.450/2005, ficará impedida de licitar e contratar com o Distrito Federal e será descredenciada no SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantida a ampla defesa, sem prejuízo das demais cominações legais e de multa de até 30% (trinta por cento) sobre o valor estimado para a contratação, o licitante que:
- 16.1.1 não retirar o Contrato, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
 - 16.1.2 deixar de entregar documentação exigida no Edital;
 - 16.1.3 apresentar documentação falsa;
 - 16.1.4 não manter a proposta;
 - 16.1.5 ensejar o retardamento da execução de seu objeto;
 - 16.1.6 comportar-se de modo inidôneo;
 - 16.1.7 fizer declaração falsa;
 - 16.1.8 cometer fraude fiscal.
- 16.2 Pela inexecução total ou parcial das obrigações decorrentes deste Edital o BRB poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao licitante vencedor ou à Contratada, conforme o caso, as seguintes sanções:
- 16.2.1 advertência;
 - 16.2.2 multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total atualizado do Contrato, exceto nos casos citados no item 16.1 deste edital;
 - 16.2.3 suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com o BRB, pelo prazo de até 2 (dois) anos;
 - 16.2.4 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a sua reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade.
- 16.3 A penalidade de advertência poderá ser aplicada nos seguintes casos, independentemente da aplicação de multas:
- 16.3.1 descumprimento das obrigações assumidas contratualmente, desde que não acarretem prejuízos para o BRB;
 - 16.3.2 execução insatisfatória ou inexecução das obrigações assumidas, desde que a sua gravidade não recomende o enquadramento nos casos de suspensão temporária ou declaração de inidoneidade;
 - 16.3.3 pequenas ocorrências que possam acarretar transtornos no desenvolvimento dos serviços do BRB;
- 16.4 O atraso injustificado na execução das obrigações assumidas sujeitará a Contratada à multa de 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento) ao dia, calculada sobre o valor da fatura mensal, limitada a 10% (dez por cento) do valor total atualizado do Contrato, se outra não estiver estipulada especificadamente no Anexo I ou no Anexo VI;
- 16.5 Decorridos 10 (dez) dias de atraso na execução dos serviços, sem que tenham sido apresentadas justificativas plausíveis, estará caracterizado o descumprimento total das obrigações assumidas, caso em que, além de aplicar a multa prevista no subitem 16.4, poderá o BRB optar pelo cancelamento do Contrato.
- 16.6 Havendo rescisão do Contrato por culpa da CONTRATADA, será aplicada multa de 10% calculada sobre o valor total atualizado do Contrato, exceto nos casos do **item 16.1 do Edital**.
- 16.7 A rescisão do Contrato acarretará, independentemente de qualquer procedimento

judicial ou extrajudicial por parte do BRB, a retenção dos créditos decorrentes da mesma, até o limite dos prejuízos causados, não eximindo a Contratada das sanções previstas neste Edital e em lei, até a completa indenização dos danos.

- 16.8 As multas acima referidas não impedem que o BRB cancele unilateralmente o Contrato e aplique as outras sanções previstas neste Edital, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo;
- 16.9 As multas aplicadas serão descontadas dos pagamentos eventualmente devidos pelo BRB;
- 16.10 Inexistindo pagamento devido pelo BRB, ou sendo este insuficiente, caberá à Contratada efetuar o pagamento do que for devido, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, contado da data da comunicação de confirmação da multa;
- 16.11 Não se realizando o pagamento nos termos acima definidos, far-se-á a sua cobrança judicialmente.
- 16.12 A penalidade de suspensão temporária do direito de licitar e contratar com o BRB poderá ser aplicada nos seguintes prazos e situações:
- 16.12.1 por 6 (seis) meses:
- I - quando ocorrer atraso no cumprimento das obrigações assumidas contratualmente, que tenha acarretado prejuízos ao BRB;
 - II - quando ocorrer execução insatisfatória do objeto contratado, se antes tiver havido aplicação da penalidade de advertência;
- 16.12.2 por 01 (um) ano:
- I - quando o licitante praticar qualquer ato que inviabilize a licitação, resultando na necessidade de promover novo procedimento licitatório;
 - II - quando a Contratada der causa à rescisão do Contrato.
- 16.12.3 por 02 (dois) anos:
- I - quando o licitante praticar atos ilícitos, visando a frustrar o objetivo desta licitação;
 - II - quando o licitante ou a Contratada cometer atos ilícitos que acarretem prejuízo ao BRB;
- 16.13 A penalidade de declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública será proposta se constatada má fé, ação maliciosa e premeditada do licitante ou da Contratada em prejuízo do BRB, evidência de atuação com interesses escusos ou reincidência de faltas que acarretem prejuízos ao BRB ou aplicações sucessivas das outras penalidades anteriormente descritas.
- 16.13.1 A penalidade prevista no subitem 16.13 é de competência exclusiva do Secretário de Estado de Fazenda do Distrito Federal, facultada a defesa prévia do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias úteis contados da data da abertura de vista.

17 DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

- 17.1 Até 2 (dois) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa, física ou jurídica, poderá impugnar o ato convocatório deste Pregão.
- 17.2 O Pregoeiro, auxiliado pelo setor responsável pela elaboração deste Edital, decidirá sobre a impugnação no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.
- 17.3 Acolhida a impugnação contra este Edital, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.
- 17.4 Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório devem ser enviados ao Pregoeiro, até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet.
- 17.5 A apresentação de esclarecimentos, questionamentos e impugnação contra o

presente edital será processada e julgada na forma e nos prazos previstos no Decreto Federal nº 5.450/2005, mediante petição a ser enviada exclusivamente para o endereço eletrônico: licita@brb.com.br.

- 17.6 A participação no certame, sem que tenha sido tempestivamente impugnado o presente edital, implicará na plena aceitação por parte dos interessados.
- 17.7 As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados, além de serem respondidos diretamente aos solicitantes pelo mesmo e-mail da petição enviada, serão disponibilizados no endereço eletrônico www.comprasgovernamentais.gov.br, por meio do link *Acesso Livre > Pregões > Agendados*, para conhecimento da sociedade em geral e dos fornecedores, cabendo aos interessados em participar do certame acessá-lo para obtenção das informações prestadas.
- 17.8 Não serão conhecidas as impugnações apresentadas após o respectivo prazo legal ou, no caso de empresas, que estejam inscritas por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente.
- 17.9 A petição de impugnação apresentada por empresa deve ser firmada por sócio, pessoa designada para a administração da sociedade, ou procurador, e vir acompanhada, conforme o caso, de estatuto ou contrato social e suas posteriores alterações, se houver, do ato de designação do administrador, ou de procuração pública ou particular (instrumento de mandato com poderes para impugnar o Edital).

18 DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

- 18.1 Caso os prazos definidos neste Edital não estejam expressamente indicados na proposta, estes serão considerados como aceitos para efeito de julgamento deste Pregão.
- 18.2 Os licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito da Contratada de boa-fé de ser ressarcida pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do Contrato.
- 18.3 O objeto deverá ser prestado diretamente pela Contratada, vedada a subempreitada, cessão ou caução a terceiros, das obrigações decorrentes do Contrato, sem anuência do BRB.
- 18.4 Este Pregão poderá ter a data de abertura da sessão pública transferida, por conveniência exclusiva do BRB.
- 18.5 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento e só se iniciam ou vencem em dia de expediente no BRB.
- 18.6 O licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inveracidade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do licitante que o tiver apresentado, ou, caso já tenha sido contratado, o cancelamento do Contrato, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis.
- 18.7 Não serão admitidos aditamentos, cancelamentos e/ou retificações na proposta, ou alterações nas condições estipuladas neste Pregão, devendo os casos omissos serem resolvidos pelo BRB, tendo em vista o seu interesse.
- 18.8 Não serão aceitos documentos com rasuras ou emendas, que, a critério do Pregoeiro, comprometam a sua autenticidade.
- 18.9 O Pregoeiro reserva-se o direito de solicitar o original de qualquer documento, sempre que houver dúvida e julgar necessário.
- 18.10 Não será aceito protocolo de entrega em substituição aos documentos exigidos neste Edital, salvo em casos supervenientes, fortuitos ou de força maior, devidamente comprovados e a critério do Pregoeiro.
- 18.11 O BRB reserva-se o direito de adiar os horários e datas de abertura das propostas e/ou alterar as exigências para apresentação das mesmas, fazendo aos licitantes

as indispensáveis comunicações.

- 18.12 Havendo divergências entre o Edital e Anexos, prevalece o Edital.
- 18.13 Toda prorrogação de prazo deverá ser justificada por escrito e previamente aprovada pelo BRB.
- 18.14 Os documentos necessários à habilitação, exigidos neste Edital, somente serão aceitos quando apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente, por Pregoeiro ou por membro da Equipe de Apoio, quando cotejada com o documento original, ou publicados em órgão da imprensa oficial, à exceção dos que forem obtidos via Internet, que não precisarão ser autenticados, os quais serão validados mediante consulta para comprovação de sua regularidade, bem como se estiverem dentro do seu período de validade.
- 18.15 As despesas decorrentes da presente licitação correrão com base no Orçamento de Investimentos e Dispendios, Natureza 4 - dispêndio das estatais, e Fonte 1 - geração própria.
- 18.16 Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060.

19 DO FORO

- 19.1 As questões decorrentes da execução deste Instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no foro da circunscrição judiciária de Brasília/DF, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

20 DOS ANEXOS

- 20.1 São partes integrantes deste Edital os seguintes Anexos:
- ANEXO I - Termo de Referência;
 - ANEXO II - Planilha de Formação de Custos;
 - ANEXO III - Planilha de Preços;
 - ANEXO IV - Relação De Dependências
 - ANEXO V - Declaração de Parentesco;
 - ANEXO VI - Minuta de Contrato;
 - ANEXO VII - Termo Voluntário de Compromisso.

Brasília/DF, de de

Thiago Rocha Ribeiro
Pregoeiro

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA DOS SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA DAS DEPENDÊNCIAS LOCALIZADAS NO DISTRITO FEDERAL – REGIÃO II

1. OBJETO

- 1.1. Contratação de empresa especializada para prestação, de forma contínua, de serviços de vigilância e segurança armada e desarmada do patrimônio, diretores, empregados, prestadores, usuários e clientes, nas dependências do BRB-Banco de Brasília S.A., no desenvolvimento das atividades de VIGILANTE, FISCAL SUPERVISOR e PRONTO ATENDIMENTO (SPP - SEGURANÇA PESSOAL PRIVADA), para os Pontos de Atendimento e dependências da Direção Geral, localizados no Distrito Federal – Região II, descritos no **Anexo IV**, com locação de profissionais e fornecimento de todos os equipamentos necessários à execução dos serviços, conforme anexos, partes integrantes e inseparáveis destas especificações.

2. FUNDAMENTO LEGAL

- 2.1. A prestação de serviços observará as normas regulamentadoras da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT e legislação complementar, os dispositivos da atual Convenção Coletiva de Trabalho e obedecerá aos termos da Lei nº. 7.102, de 20/06/83 e alterações e da Portaria DPF nº 3.233/2012 e alterações e às normas e procedimentos de segurança estabelecidos pelo BRB - Banco de Brasília S.A..

3. DISPOSIÇÕES GERAIS

- 3.1. Este Caderno de Especificações estabelece normas gerais e específicas, métodos de trabalho e padrões de conduta para a prestação de serviços de vigilância, de forma contínua, armada do patrimônio, dos diretores, usuários, clientes e empregados do BRB - Banco de Brasília S.A., no desenvolvimento das atividades de VIGILANTE, FISCAL SUPERVISOR e PRONTO ATENDIMENTO (SPP – SEGURANÇA PESSOAL PRIVADA) para os Pontos de Atendimento e dependências da Direção Geral localizados no Distrito Federal – Região II, descritos no **Anexo IV**.
- 3.2. Define-se como BRB o BRB – Banco de Brasília S.A., representado pela Superintendência de Segurança Empresarial – SUSEM e como CONTRATADA a empresa vencedora deste certame licitatório.
- 3.3. A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões que se fizerem necessários nos quantitativos do objeto da licitação, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação;
- 3.4. A gestão e fiscalização do contrato serão efetuadas pelo BRB e será composta por empregados efetivos, com autoridade para exercer, em nome do BRB, toda e qualquer ação de orientação geral, controle e fiscalização dos serviços executados. Ela será exercida no interesse exclusivo do BRB e não exclui e nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade.

- 3.5. A ausência ou omissão da Fiscalização não eximirá a CONTRATADA das responsabilidades previstas em contrato.
- 3.6. A CONTRATADA efetuará, às suas expensas, a FISCALIZAÇÃO, através dos seus PREPOSTOS, denominado FISCAL, no cumprimento de suas funções e obrigações contratuais, inclusive quanto à continuidade da prestação dos serviços que, ressalvados os casos de força maior, justificados e aceitos pelo BRB, não devem ser interrompidos. As atividades a serem exercidas pelo PREPOSTO estão descritas no item 9.2;
- a) CONTRATADA deverá manter um Fiscal, às suas expensas, permanentemente no Edifício Brasília, no período de segunda-feira a sexta-feira, no horário e 08:00hs às 18:00hs, com intervalo de almoço a ser definido pela CONTRATADA em conjunto com a GESEF, para acompanhamento da prestação de serviços;
- 3.7. A CONTRATADA é obrigada a fornecer todas as informações e demais elementos necessários à perfeita execução dos serviços prestados, sempre que houver solicitação da Gerência de Segurança Física do BRB - GESEF.
- 3.8. A CONTRATADA será responsável por todas as despesas, taxas, impostos, encargos sociais, seguros e licenças inerentes à prestação dos serviços, bem como por quaisquer acidentes de trabalho que vierem a ocorrer e suas eventuais indenizações devidas a seus empregados e a terceiros, por fatos relacionados aos serviços.
- 3.9. A CONTRATADA deverá propiciar aos vigilantes as condições necessárias para o perfeito desenvolvimento dos serviços, fornecendo-lhes uniformes e equipamentos adequados às tarefas que executam.
- 3.10. A CONTRATADA é responsável pela reparação de danos causados às dependências do BRB, aos seus diretores, empregados, usuários, clientes ou terceiros, decorrentes, direta ou indiretamente, da prestação de serviços, por culpa ou dolo de seus profissionais. O dano será apurado, em conjunto, pela CONTRATADA e pelo BRB.
- 3.11. A CONTRATADA deverá obedecer as Cláusulas Contratuais referentes ao Sigilo e à Confidencialidade das Informações, a fim de prover a necessária e adequada proteção às informações confidenciais fornecidas em razão do objeto contratado.

4. OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

Para a prestação dos serviços de vigilância/segurança patrimonial cabe à CONTRATADA:

- 4.1. Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente e das orientações repassadas pelo BRB, primando pela eficiência e cordialidade, qualificando e orientando seus empregados para que se comportem com postura profissional e apresentem padrões de eficiência e higiene compatíveis com a prestação dos serviços especificados.
- 4.2. Empregar pessoal especializado, em número e qualificação exigidos pelo BRB;

- a) É vedado qualquer tipo de subcontratação, inclusive de trabalhador autônomo de vigilância ou equiparado, para a prestação de serviços no BRB – Banco de Brasília;;
- 4.3. Contratar todos os benefícios previstos na Convenção Coletiva de Trabalho, tais como Plano de Assistência Médica, seguro de vida em grupo, etc., para seus profissionais, devendo apresentar o comprovante de contratação dos benefícios, no início da prestação dos serviços, e declaração de adimplemento dos pagamentos dos mesmos, mensalmente, para fins de fiscalização do contrato;
- 4.4. Efetuar o pagamento mensal diretamente na conta corrente dos seus profissionais, sendo vedado o pagamento em espécie nas dependências do BRB.
- 4.5. Conforme o Item V; do Art 19-A; da IN nº 06, de 23 de Dezembro de 2013, o BRB – Banco de Brasília S/A, poderá descontar das faturas mensais da CONTRATADA, o valor referente ao não pagamento dos salários e demais verbas trabalhistas para pagamento direto aos seus empregados.
- 4.6. Capacitar os empregados, ministrando cursos de aperfeiçoamento a cada 12 meses, sem prejuízo da reciclagem prevista na lei 7.102/83 e na portaria 3233/2012-DPF,
- 4.7. comprovar a formação técnica específica dos vigilantes, mediante apresentação do Certificado de Curso de Formação de Vigilantes e Carteira Nacional, expedida por instituição devidamente habilitada e reconhecida;
- 4.8. comprovar obediência à periodicidade legalmente estabelecida, quanto ao curso de reciclagem;
- 4.9. Dar conhecimento e ciência a seus empregados dos procedimentos de segurança estabelecidos pelo BRB, bem como mantê-los adequadamente preparados para o exercício das atividades profissionais;
- 4.10. executar os serviços de forma coordenada com a GESEF;
- 4.11. submeter-se à fiscalização do BRB que, por intermédio do SUSEM/GESEF, acompanhará a execução dos serviços, orientando, fiscalizando e intervindo no seu exclusivo interesse, a fim de garantir o exato cumprimento das condições pactuadas;
- 4.12. A CONTRATADA obriga-se a apresentar ao **Banco de Brasília S.A – GESEF / Gerência de Segurança Física – Setor Bancário Sul, Quadra 01, bloco E, Ed. Brasília, 18º andar – CEP 70.072-900**, no prazo de 15 (quinze) dias contados da assinatura do contrato, “PLANO DE QUALIDADE E OPERACIONALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS – PQOS”, a ser aprovado pelo CONTRATANTE, por intermédio da GESEF.
- a) O “PQOS” deverá ser apresentado sob a forma de relatório, onde constem as seguintes especificações:

ITEM	PLANO DE QUALIDADE E OPERACIONALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS
	RECRUTAMENTO, SELEÇÃO E RECICLAGEM DE VIGILANTES
A	a) exigência de formação ou reciclagem dos vigilantes, concluídos há menos de 2 (dois) anos da data da contratação dos serviços; b) aplicação de testes físicos e psicotécnicos para comprovação das aptidões dos vigilantes; c) comprovação, relativamente a cada empregado seu, da idoneidade moral necessária ao exercício dos serviços de vigilância e da inexistência de ações criminais. d) apresentação de cronograma para reciclagem dos vigilantes.
B	APOIO LOGÍSTICO - existência, na região do lote contratado, de sede ou base operacional, com plantão 24 h, dotada, no mínimo, de fax, telefone, local apropriado para guarda de armas e munições e veículo com sistema de comunicação com a base/sede, para atendimento emergencial ao contratante.
C	MONITORAÇÃO DA QUALIDADE DOS SERVIÇOS PRESTADOS a) apresentação dos métodos de acompanhamento e avaliação da performance dos vigilantes; b) apresentação de check-list de verificação a ser utilizado na supervisão dos serviços, devendo os relatórios serem mantidos em arquivo pelo prazo mínimo de 1(um) ano.
D	MANUTENÇÃO DE ARMAS E MUNIÇÕES - apresentação de plano de manutenção do armamento, de realização anual de teste real de tiro das armas e de substituição da munição do armamento.
E	CRONOGRAMA DE ENTREGA DE UNIFORMES - Planilha contendo o cronograma de entrega dos uniformes, por itens, para o início e durante a vigência do contrato.

- b) A falta de apresentação do “PQOS”, ou o não preenchimento dos critérios mínimos de qualidade previstos, a que se refere esse Termo de Referência, configura descumprimento do contrato, podendo o CONTRATANTE penalizar a CONTRATADA, com base no art. 86, da Lei 8.666/93

- 4.13. Substituir, mediante solicitação escrita do BRB, independentemente de justificativa, qualquer empregado cuja atuação, permanência e/ou comportamento sejam julgados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios à disciplina do BRB;
- 4.14. Assegurar que todo vigilante que cometer falha procedimental ou descumprir as obrigações previstas no item 7 deste termo de referência não seja mantido no posto ou quaisquer outras instalações do BRB;
- 4.15. fazer com que os empregados que estiverem prestando os serviços cumpram as normas e regulamentos internos do BRB;
- 4.16. coordenar e supervisionar a qualidade dos serviços prestados;
- 4.17. comunicar à GESEF, por escrito, quando verificar condições inadequadas para a prestação dos serviços, bem como a iminência de fatos que possam prejudicar a perfeita execução dos serviços;

- 4.18. facilitar a FISCALIZAÇÃO dos serviços pela GESEF e responsáveis pelas dependências, bem como, a verificação de materiais e equipamentos destinados a sua execução;
- 4.19. fornecer a seus profissionais todos os equipamentos necessários à execução dos serviços, bem como produtos ou materiais indispensáveis a sua limpeza e manutenção;
- 4.20. apresentar à GESEF a relação dos vigilantes, dentre eles os fiscais responsáveis pelas equipes;
- 4.21. acompanhar, fiscalizar e orientar no correto uso do crachá de identificação, bem como quanto a práticas de higiene pessoal;
- 4.22. receber, restituir, operar e manter em perfeito estado de conservação e funcionamento todas as instalações, áreas e equipamentos do BRB disponibilizados para a execução dos Serviços;
- 4.23. responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar ao BRB ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;
- 4.24. padronizar os serviços dos vigilantes;
- 4.25. informar à GESEF, por meio de relatórios, as anormalidades observadas pelos vigilantes;
- 4.26. prestar qualquer informação aos empregados da GESEF sobre as ocorrências, sempre que solicitado;
- 4.27. responsabilizar-se pelas informações fornecidas pelos vigilantes;
- 4.28. preparar ações, em conjunto com as equipes, para atingir os objetivos traçados pela GESEF;
- 4.29. zelar pela disciplina de seus empregados, os quais deverão obedecer as normas comuns, sendo vedado:
 - a) qualquer tipo de jogo, bem como a venda de rifas e bilhetes, a circulação de listas e pedidos de qualquer natureza;
 - b) a permanência de empregados nas dependências do BRB no qual prestam serviços, antes ou depois dos horários de trabalho;
 - c) o consumo ou guarda de bebidas alcoólicas nas dependências do BRB;
 - d) o uso de uniforme quando não estiver prestando serviços;
- 4.30. Não permitir o desvio de função e a realização de horas extras sem prévia autorização formal da GESEF;
- 4.31. submeter-se às condições contratuais, quanto ao cumprimento dos horários estabelecidos e ao controle da presença e permanência dos empregados em serviço, incumbindo-se de providenciar substitutos para os casos de atrasos, faltas, férias, licenças, etc.

- 4.32. Orientar os vigilantes a manter sigilo das informações relativas aos serviços prestados, às quais tenham acesso privilegiado, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto de interesse do BRB ou de terceiros;
- 4.33. realizar rodízio obrigatório de vigilantes, nos pontos de atendimento, a cada 18 meses, sem a necessidade de solicitação do BRB;
- a) a CONTRATADA deverá encaminhar à GESEF a cada 18 meses, ou, quando houver solicitação da GESEF, o cronograma de rodízio dos vigilantes, contendo Nome, matrícula, Dependência de origem, dependência de destino e data do rodízio;
 - b) a CONTRATADA deverá encaminhar à GESEF, mensalmente, planilha contendo todo e qualquer rodízio e/ou movimentação excepcional, informando os mesmos dados descritos no subitem anterior;
 - c) Qualquer remanejamento excepcional de profissional, pela CONTRATADA, ficará condicionado à autorização, por escrito, da GESEF;
- 4.34. receber e manter guardados os acordos de sigilo de todos os empregados que prestam serviços ao BRB, inclusive os que trabalham na administração da empresa e têm acesso às informações do BRB;
- 4.35. Apresentar relação dos empregados que trabalharão nas dependências do BRB, até o 2º dia útil antes da assunção dos postos de trabalho, contendo as seguintes informações:
- a) Nome completo;
 - b) Endereço residencial, telefone fixo e móvel, e-mail (se houver);
 - c) Registro profissional nas entidades afins, quando for o caso;
 - d) CPF, RG;
 - e) Data de admissão pela CONTRATADA;
 - f) Data de início da prestação de serviços no BRB;
 - g) Lotação;
 - h) Tipo de posto;
 - i) Horário de trabalho.
- 4.36. A CONTRATADA deverá encaminhar ao BRB, planilha contendo todo e qualquer rodízio e/ou movimentação excepcional, informando os dados descritos no item anterior e as devidas justificativas.
- 4.37. A CONTRATADA deverá informar, imediatamente, qualquer alteração no quadro de empregados que prestam serviços ao BRB, substituindo a relação.

5. RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

- 5.1. Das Obrigações para não adoção de práticas de trabalho ilegal:

- a) A Contratada se compromete a não adotar práticas de trabalho análogo ao escravo e trabalho ilegal de crianças e adolescentes no cumprimento do presente Contrato.
- b) A Contratada se compromete a não empregar trabalhadores menores de 16 (dezesesseis) anos de idade, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 (quatorze) anos de idade, nos termos da Lei nº 10.097, de 19.12.2000, e da Consolidação das Leis do Trabalho.
- c) A Contratada se compromete a não empregar adolescentes até 18 (dezoito) anos de idade, em locais prejudiciais à sua formação, ao seu desenvolvimento físico, psíquico, moral e social, bem como, em locais e serviços perigosos ou insalubres, em horários que não permitam a frequência à escola e, ainda, em horário noturno, considerado este o período compreendido entre as 22:00 hs às 05:00 hs.

5.2. Das obrigações para proteção e preservação do meio ambiente:

- a) A Contratada se compromete a proteger e preservar o meio ambiente, bem como a prevenir contra práticas danosas ao meio ambiente, executando seus serviços em observância dos atos legais, normativos e administrativos relativos à área de meio ambiente e correlatas, emanadas das esferas Federal, Estaduais e Municipais, incluindo, mas não limitando ao cumprimento da Lei Federal Nº 6.938/81 (Política Nacional do Meio Ambiente) e da Lei nº 9.605/98 (Lei dos Crimes Ambientais), implementando ainda esforços nesse sentido junto aos seus respectivos fornecedores de produtos e serviços, a fim de que esses também se comprometam a conjugar esforços para proteger e preservar o meio ambiente, bem como a prevenir contra práticas danosas ao meio ambiente, em suas respectivas relações comerciais.
- b) É facultado à Contratante verificar o cumprimento das disposições contidas nesta Cláusula, cujo descumprimento, por parte da Contratada, ensejará justo motivo para a rescisão do presente Contrato.

6. DO ASSEGURAMENTO DOS ENCARGOS TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIOS

- 6.1. De acordo com as disposições da Lei 4.636, de 25 de agosto de 2011, publicada no D.O.DF em 26 de agosto de 2011, o valor mensal do contrato será depositado em conta-corrente vinculada – bloqueada para movimentação, após glosados os valores de que tratam os subitens abaixo:
 - a) 13º salário;
 - b) Férias e Abono de Férias;
 - c) Multa do FGTS para as rescisões sem justa causa;
 - d) Impacto sobre férias e 13º salário.
- 6.2. Os valores provisionados para o pagamento das verbas referidas nos subitens anteriores serão glosados do valor mensal e depositados em conta vinculada, bloqueada para movimentação e aberta no BRB – Banco de Brasília S/A, em nome da empresa com autorização expressa a ser concedida pela Contratada no momento da assinatura do Contrato.

- 6.3. A Contratada poderá solicitar a autorização do Contratante para utilizar os valores da conta vinculada para o pagamento de eventuais indenizações trabalhistas dos empregados alocados na execução do contrato, ocorridas durante sua vigência.
- 6.4. Nessa hipótese, a Contratada deverá apresentar ao Contratante os documentos comprobatórios da ocorrência das obrigações trabalhistas e seus respectivos prazos de vencimento.
- 6.5. Após a confirmação da ocorrência da indenização trabalhista e a conferência dos cálculos, o Contratante expedirá autorização para a movimentação, exclusivamente para fins de transferência bancária para a conta corrente dos trabalhadores favorecidos, encaminhado-a ao Ponto de Atendimento bancário detentor da conta da Contratada no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data da apresentação dos documentos comprobatórios pela empresa.
- 6.6. Após cada pagamento realizado com os recursos da conta vinculada, a Contratada deverá apresentar ao Contratante, no prazo máximo de 03 (três) dias, o comprovante das transferências bancárias realizadas para a quitação das obrigações trabalhistas.
- 6.7. O saldo da conta vinculada será remunerado pelo índice da poupança ou outro definido conforme acordo de cooperação firmado entre o Contratante e o Ponto de Atendimento Bancário detentor da conta da empresa.
- 6.8. Eventuais saldos remanescentes somente serão liberados à empresa contratada após encerramento do contrato.
- 6.9. Os valores das provisões de encargos trabalhistas depositados na conta-corrente vinculada – bloqueada para movimentação – deixarão de compor o valor do pagamento mensal à contratada.
- 6.10. A CONTRATADA deverá manter e encaminhar com os documentos mensais de pagamento e com as eventuais solicitações de liberação de recursos da conta vinculada, planilha atualizada e consolidada dos valores mensais e anuais, com os saldos das Provisões de Encargos de seus prestadores de serviço de vigilância no BRB – Banco de Brasília S/A – Região II.
- 6.11. Os percentuais para contingenciamento de encargos trabalhistas devem estar baseados no seguinte modelo:

CONTINGENCIAMENTO DE ENCARGOS TRABALHISTAS		
ITENS PARA PROVISIONAMENTO		Percentuais
A	13º SALÁRIO – Lei 4.090/62, Lei 7787/89 e Inc. VII – Art. 7º CF	8,93%
B	Férias- Art. 142 Dec. Lei 5452/42 e Inciso XVII Art. 7º CF	8,93%
C	Indenização compensatória por demissão sem justa causa	4,67%
D	Abono constitucional 1/3 – Inciso XVII do Art. 7º CF	2,98%
E	Subtotal	25,51%
F	Impacto Grupo A sobre férias e décimo terceiro salário	9,45%
G	TOTAL	34,96%
Planilha atualizada considerando 3% de seguro de acidente de trabalho		

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA, POR MEIO DE SEUS VIGILANTES :

A prestação dos serviços de vigilância, nos Postos fixados pelo BRB, envolve a alocação, pela CONTRATADA de mão-de-obra capacitada para:

- 7.1. Prestar os serviços obedecendo a legislação em vigor e os normativos do BRB;
- 7.2. exercer a vigilância do BRB, preventiva e ostensivamente, devidamente fardado e armado, para oferecer segurança e impor a ordem em circunstâncias adversas;
- 7.3. comunicar imediatamente ao administrador da dependência, qualquer anormalidade verificada, inclusive de ordem funcional, para que sejam adotadas as providências de regularização das atividades;
- 7.4. ocupar-se, única e exclusivamente, da vigilância, não podendo, por conseguinte, executar nenhuma tarefa que não lhe seja pertinente. Em vista disso, não deverá ser relevada qualquer desatenção em serviço;
- 7.5. atuar preventivamente a fim de impedir ou inibir a ação de delinquentes;
- 7.6. dar proteção aos diretores, empregados, usuários e clientes nas dependências do BRB;
- 7.7. preservar e guardar o patrimônio do BRB, observando as normas e procedimentos estabelecidos pela GESEF;
- 7.8. manter-se atualizado sobre prevenção e combate a eventos que possam afetar a integridade do BRB e de seus empregados e clientes;
- 7.9. permanecer constantemente atento ao seu serviço, observando e fiscalizando todas as movimentações, inclusive externas;
- 7.10. impedir a saída de móveis, máquinas, equipamentos ou outros objetos do setor de trabalho, sem a devida autorização do BRB;
- 7.11. impedir a ação de vendedores, ambulantes e assemelhados, bem como de pedintes no interior do BRB;
- 7.12. manter-se alerta e vigilante em seu posto, atentando para a entrada e saída de pessoas e para qualquer anormalidade em seu setor de observação;
- 7.13. manter-se em especial vigilância quanto à entrada ou permanência de dois ou mais indivíduos, aparentemente em grupo, ou de pessoas com atitudes suspeitas;
- 7.14. identificar as pessoas suspeitas dentro do recinto;
- 7.15. levar ao conhecimento do Administrador da dependência e do representante da CONTRATADA, imediatamente, qualquer informação considerada importante;
- 7.16. atuar, sempre que necessário, em situações emergenciais, utilizando e acionando os meios disponíveis;
- 7.17. agir prontamente na ocorrência de fatos anormais como: incêndio, desordens internas, tumulto, sabotagem, assalto ou qualquer outra ação criminosa;
- 7.18. colaborar com os órgãos de Segurança Pública, Civil e Militar, nas ocorrências de ordem policial dentro das instalações do BRB, facilitando, quando possível, a atuação das mesmas, inclusive na indicação de testemunhas;

- 7.19. registrar diariamente, no Livro de Registro de Ocorrências, todas as anormalidades decorridas durante o turno do posto, bem como objetos encontrados no interior do BRB, quando pertencerem a terceiros;
- 7.20. identificar e registrar no livro de ocorrências a entrada no PA, de terceirizados ou de empregados não lotados na dependência, fora do horário de atendimento, bem como aos sábados, domingos e feriados, desde que haja prévia e expressa autorização do BRB para seu ingresso;
- 7.21. identificar e registrar no livro de ocorrências o acesso de terceirizados ou de empregados não lotados no PA, nas áreas internas do PA, durante o horário de atendimento, desde que haja autorização da gerência da dependência;
- 7.22. cumprir as ordens de serviço específicas do posto, determinadas pelas agências, desde que não contrariem as normas de segurança estabelecidas pelo SUSEM/GESEF e pela CONTRATADA;
- 7.23. assumir diariamente o posto, devidamente uniformizado, barbeado, cabelos aparados, limpos e com aparência pessoal adequada;
- 7.24. assumir diariamente o posto, com CRACHÁ DE IDENTIFICAÇÃO FUNCIONAL, preso na lapela, à altura do peito;
- 7.25. manter-se sempre com uma postura correta, evitando demonstrações de fadiga;
- 7.26. conhecer as missões do Posto que ocupa, assim como a perfeita utilização dos equipamentos colocados à sua disposição, para o serviço;
- 7.27. tratar todas as pessoas com o devido respeito, cortesia e educação;
- 7.28. nunca entrar em atrito ou confronto, de qualquer natureza, com colegas, empregados do BRB ou clientes, buscando, em caso de dúvida ou de falta de competência para decidir sobre questões específicas, o apoio e orientação do administrador da dependência, repassando-lhe o problema;
- 7.29. evitar conversas desnecessárias, com colegas de serviço, empregados do BRB, especialmente com clientes;
- 7.30. não abordar clientes ou empregados do BRB, para tratar de assuntos particulares;
- 7.31. não abandonar seu Posto, a não ser em casos de extrema necessidade ou de caráter emergencial, comunicando esse fato ao administrador da dependência e à empresa;
- 7.32. não participar de grupos de manifestações ou reivindicações, evitando espalhar boatos ou tecer comentários desairosos ou desrespeitosos relativos a outras pessoas;
- 7.33. não utilizar equipamentos eletrônicos durante a prestação dos serviços;
- 7.34. manter os celulares guardados no armário durante a prestação dos serviços;
- 7.35. comunicar e dar apoio ao BRB caso seja constatada a ação de meliantes nas áreas internas do BRB;
- 7.36. entrar em áreas reservadas somente em casos de emergência ou quando devidamente solicitado e autorizado;

- 7.37. manter atualizada a documentação necessária à execução das atividades de vigilância;
- 7.38. respeitar seus superiores hierárquicos, acatando com presteza suas ordens e determinações;
- 7.39. respeitar o Preposto designado pela empresa, para acompanhamento dos serviços, encaminhando-lhe todas as questões relativas ao vínculo funcional com a empresa à qual pertence;
- 7.40. cumprir rigorosamente os horários e escalas de serviço;
- 7.41. comunicar ao Administrador da dependência, quando possível com antecedência, as dispensas concedidas por motivo de saúde ou força maior, férias, folgas, etc.
- 7.42. manter o seu equipamento e armamento em perfeitas condições de uso;
- 7.43. adotar todas as demais precauções e cuidados indispensáveis ao manuseio do armamento, de acordo com as orientações e determinações do fabricante.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA, POR MEIO DO FISCAL SUPERVISOR:

- 8.1. Acompanhar a execução dos serviços no CMI-BRB e oferecer informações à empresa contratada e ao SUSEM/GESEF quanto à qualidade dos serviços prestados;
- 8.2. Acompanhar a execução dos serviços do serviço de Pronto Atendimento (SPP – Segurança Pessoal Privada) do BRB e oferecer informações à empresa contratada e ao SUSEM/GESEF quanto à qualidade dos serviços prestados;
- 8.3. verificar e exigir o uso do uniforme e crachá de identificação;
- 8.4. acompanhar e orientar os serviços, verificando se estão de acordo com as normas estabelecidas pelo Banco e pela empresa contratada;
- 8.5. verificar organização, participação, estratégia, vontade e zelo dos prestadores;
- 8.6. verificar habilidades e deficiências nos serviços prestados;
- 8.7. valorizar as atitudes positivas e o esforço dos prestadores de serviço;
- 8.8. ouvir e registrar sugestões efetuadas pelos prestadores;
- 8.9. avaliar, periodicamente, os serviços prestados;
- 8.10. informar aos prestadores sobre novos serviços e procedimentos;
- 8.11. avaliar a prestação dos serviços e acompanhar os resultados das reciclagens e treinamentos efetuados pelos prestadores;
- 8.12. comunicar as irregularidades ou falhas na execução dos serviços ao BRB e à empresa contratada;
- 8.13. solicitar a substituição, de forma a não comprometer os serviços do CMI-BRB, do prestador que não atinja desempenho satisfatório na realização de suas atividades.

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA, POR MEIO DO PRONTO ATENDIMENTO (SPP – SEGURANÇA PESSOAL PRIVADA):

A prestação dos serviços de vigilância, a serem prestados pelos Agentes de Segurança que prestarão os serviços fixados pelo BRB para o Pronto Atendimento (SPP – Segurança Pessoal Privada)– 24h envolve a alocação, pela CONTRATADA de mão-de-obra capacitada para:

- 9.1. verificação de eventos de segurança nos PAs do Distrito Federal e cidades do entorno;
- 9.2. prestar serviços de segurança pessoal aos diretores e empregados do BRB e/ou familiares, de acordo com o estabelecido pela GESEF no momento da solicitação;
- 9.3. executar os serviços, em horário integral (qualquer horário ou dias da semana), através de um posto móvel de PRONTO ATENDIMENTO (SPP – Segurança Pessoal Privada) armado com pistola PT 380 - 24 horas, devidamente treinado, com base na Sede Administrativa do BRB, no Ed. Brasília;
- 9.4. prestar os serviços com veículo novo da própria empresa, telefone celular, com número único em todos os turnos, com baterias de reposição devidamente carregadas;
 - a) O veículo deverá ser novo, com quatro portas, torque superior a 15,6 Kgfm, peso inferior a 1200 Kg, dispor de equipamento rastreador do tipo GPS, monitorado 24 horas e com disponibilização de espelhamento do monitoramento instantâneo do veículo em local determinado pela Gesef – Gerência de Segurança Física.
 - b) Deverá ser emitido relatório mensal e sempre que solicitado pelo BRB, do itinerário percorrido pelo veículo e encaminhado à GESEF para conferência. O relatório deverá conter data, horário, percurso e tempo de deslocamento do veículo.
- 9.5. chegar ao local da vistoria, no máximo até trinta minutos após receber a solicitação, sendo a distância a ser percorrida inferior a 30 Km. Para distâncias superiores a 30 Km, acrescenta-se nove minutos a cada 10Km;
- 9.6. executar os serviços obedecendo os procedimentos e normas que serão entregues a empresa na assinatura do contrato.

10. DA FISCALIZAÇÃO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

- 10.1. O acompanhamento e fiscalização do contrato será feito pela Gerência de Segurança Física - GESEF;
- 10.2. Aos PREPOSTOS, descritos no item 3.6 e indicados pela CONTRATADA caberá comandar, coordenar, supervisionar e fiscalizar a execução dos serviços contratados, devendo para tanto:
 - a) visitar, quinzenalmente, as dependências do BRB – Banco de Brasília S/A – Região II;
 - b) A cada visita, solicitar ao administrador da dependência que viste o relatório elaborado pela CONTRATADA;

- c) O relatório deverá ser emitido em 02 (duas) vias, sendo que uma delas deverá ser entregue ao administrador da dependência para arquivamento e consulta pela GESEF, quando houver necessidade.
 - d) Garantir o cumprimento das obrigações contratuais, inclusive quanto à continuidade da prestação dos serviços, que não devem ser interrompidos;
 - e) Administrar todo e qualquer assunto que envolva a prestação de serviços nas dependências do BRB;
 - f) Estar sempre em contato com a GESEF, adotando as providências requeridas quanto à execução dos serviços e comunicar, por escrito, qualquer irregularidade ou anormalidade observada no local da prestação dos serviços;
 - g) Cuidar da disciplina dos profissionais alocados, diligenciando para que os mesmo executem unicamente as tarefas pertinentes ao objeto contratado, conforme exigências previstas nestas especificações e normativos do BRB, observando-se as peculiaridades dos serviços, com vistas a assegurar a sua perfeita execução e não permitir o desvio de função;
 - h) Informar ao BRB imediatamente, qualquer avaria, furto, roubo ou extravio de materiais, equipamentos e objetos de propriedade do BRB ou de terceiros;
 - i) Apurar, sem prejuízo das providências adotadas pela Administração, o envolvimento de seus profissionais nas ocorrências relacionadas com avaria ou extravio de bens nas dependências do BRB;
 - j) Prestar esclarecimentos, independentemente de solicitação, sobre outros eventuais atos ou fatos noticiados que envolvam a CONTRATADA;
 - k) Encaminhar à GESEF todos os documentos pertinentes ao acompanhamento e à fiscalização da prestação dos serviços;
- 10.3. a CONTRATADA emitirá relatório mensal constando as ocorrências relevantes e sugestões de melhorias para a prestação dos serviços.

11. OBRIGAÇÕES DO BRB

- 11.1. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, nos termos do Art. 67 da Lei nº 8.666/93;
- 11.2. Dar conhecimento à CONTRATADA, antes do início da prestação dos serviços, os procedimentos e normas de segurança para execução dos serviços de vigilância e pronto atendimento (SPP – Segurança Pessoal Privada);
- 11.3. Efetuar o pagamento das faturas, observando se a CONTRATADA encontra-se em dia com os encargos previstos em Lei, observando que:
 - a) O pagamento da nota fiscal/fatura somente será efetuado após a comprovação da regularidade junto à Seguridade Social – CND, ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – CRF e às Fazendas Federal, Estadual/Distrital e Municipal de seu domicílio, ou sede, além da verificação quanto ao cumprimento das obrigações contratuais assumidas;

- b) Nos primeiro e último meses de vigência contratual, o BRB efetuará o pagamento referente aos valores calculados "*pro rata die*", pelo período da efetiva prestação dos serviços, considerando o mês comercial de 30 (trinta) dias para efetuar o cálculo;
 - c) Quando da efetivação do pagamento da(s) nota(s) fiscal(is)/fatura(s), serão deduzidos os valores correspondentes à retenção na fonte de tributos e contribuições de quaisquer esferas de governo (federal, estadual/distrital ou municipal), na forma e modo determinado pelo ordenamento jurídico aplicável;
 - d) A CONTRATADA emitirá Notas Fiscais distintas para os serviços regulares e para os serviços extraordinários, em inteira conformidade com as exigências contratuais e legais, especialmente as de natureza fiscal/tributária, acrescidas das seguintes informações:
 - a) Indicação do objeto contratado;
 - b) Indicação do número do instrumento contratual;
 - c) Indicação clara e precisa, dos serviços prestados e da quantidade de postos ou de horas extras efetuadas;
 - d) a base de cálculo dos tributos, alíquotas e valores de todas as retenções incidentes, conforme regulação específica;
 - e) Indicação da inscrição Estadual do BRB. As notas fiscais emitidas sem esta informação não serão pagas e deverão ser substituídas.
 - e) Do montante a pagar à CONTRATADA, o BRB poderá deduzir os valores correspondentes às multas ou indenizações devidas pela CONTRATADA, nos termos destas especificações.
- 11.4. Solicitar, por meio de notificação escrita à CONTRATADA, a substituição imediata de qualquer vigilante que, na avaliação do BRB, não possua comportamento adequado. A CONTRATADA deverá afastar o empregado das atividades no BRB, imediatamente após o recebimento da notificação.
- 11.5. Comunicar, por escrito, em meio físico ou eletrônico, as deficiências e irregularidades de qualquer natureza porventura verificadas na execução dos serviços e no descumprimento de cláusulas contratuais, estabelecendo prazo para as correções, sem prejuízo das sanções cabíveis.

12. DO PESSOAL

12.1. EXAME MÉDICO

- a) A CONTRATADA deverá realizar, às suas expensas, na forma da legislação aplicável, tanto na admissão e demissão, como durante toda a vigência do contrato de trabalho de seus profissionais, todos os exames médicos exigidos, apresentando os atestados de capacidade e sanidade física e mental ao BRB, até a data da assunção dos postos previstos no contrato, e quando houver solicitação formal da GESEF.

12.2. REQUISITOS DE QUALIFICAÇÃO

A CONTRATADA deverá alocar mão de obra qualificada para a função, devendo o vigilante se apresentar, comprovando, através de certificados originais ou autenticados os seguintes requisitos:

- I. ser brasileiro;
- II. ter idade mínima de 21 (vinte e um) anos;
- III. ter sido aprovado em curso de formação de vigilante;
- IV. ter sido aprovado em exame de saúde física, mental e psicotécnica;
- V. não ter antecedentes criminais registrados; e estar quite com as obrigações eleitorais e militares;
- VI. ter Instrução de acordo com Art. 16, Item III, da Lei Federal Nº 7.102/83, sendo preferencial, não excludente, instrução correspondente ao Ensino Médio.

12.3. DOS POSTOS: Duração, Frequência e Quantidade

- a) A quantidade de postos/escalas de trabalho e de pessoal a serem contratados, necessários à execução dos serviços, são as descritas na tabela a seguir:

RELAÇÃO DE POSTOS ARMADOS

POSTO	FREQÜÊNCIA	TURNO	QUANT.
Vigilante - 8 horas e 48 minutos	Segunda/Sexta-feira	Diurno	113
Vigilante - 12 horas	Segunda/Sexta-feira	Diurno	3
Vigilante - 24 horas	Segunda/Domingo	12 x 36	10
Fiscal Supervisor	Segunda/Sexta-feira	Diurno	1
Pronto Atendimento (SPP) – 24 horas - Integral	Segunda/Domingo	12 x 36	2
Pronto Atendimento – (SPP) 12 horas - Diurno	Segunda/Sexta-feira	12 x 36	1
TOTAL			130

RELAÇÃO DE POSTOS DESARMADOS*

POSTO	FREQÜÊNCIA	TURNO	QUANT.
Vigilante - 8 horas e 48 minutos (Recepção Ed. Bsb e CMI)	Segunda/Sexta-feira	Diurno	4
Vigilante - 12 horas (CMI)	Segunda/Sexta-feira	Diurno	2
Vigilante - 24 horas (CMI)	Segunda/Domingo	12 x 36	2
Fiscal Supervisor (CMI)	Segunda/Sexta-feira	Diurno	1
TOTAL*			09

* O postos desarmados compõem o quantitativo total de 130 postos.

- b) A distribuição do efetivo pessoal será definida de acordo com as necessidades do BRB, podendo ser alterada sempre que necessário, pela GESEF.

13. DO LOCAL DOS SERVIÇOS

As dependências a serem atendidas constam no **Anexo IV**.

14. DO TREINAMENTO E RECICLAGEM

- 14.1. A CONTRATADA deverá promover curso de reciclagem dos vigilantes, às suas expensas, a cada dois 02 (dois) anos, prazo de validade do curso de formação de vigilante, não permitindo que o mesmo exerça as suas atividades sem a devida qualificação, conforme Portaria 3.233/2012 da Polícia Federal e demais alterações e Despacho n. 6047/06 DG/DPF.
- 14.2. A CONTRATADA deverá promover, sem prejuízo do curso de reciclagem previsto na lei 7.102/83 e na Portaria 3233/2012-DPF, treinamento anual de qualificação e aperfeiçoamento dos profissionais alocados, às suas expensas, como forma de garantir o conhecimento das normas internas do BRB e a manutenção do nível de execução da prestação de serviços, inclusive para aqueles que farão as substituições.
 - a) o comprovante desse treinamento deverá ser encaminhado a GESEF juntamente com a ementa, sendo que a declaração de participação assinada pelos empregados será aceita para o adimplemento da obrigação;
- 14.3. A Contratada deverá capacitar os empregados alocados no CMI – Central de Monitoramento Integrado, ministrando curso, a cada 12 meses, de aperfeiçoamento em monitoramento de CFTV - Circuito Fechado de TV, em sistema equivalente ao utilizado pelo BRB – Banco de Brasília S/A.
 - a) A CONTRATADA deverá apresentar o cronograma e o conteúdo dos cursos a serem ministrados para avaliação e aprovação da GESEF, até o último dia útil do mês de março do ano da prestação dos serviços;
 - b) A empresa deverá possibilitar a participação de empregados da GESEF e/ou representantes de PAs nos treinamentos;
- 14.4. Os treinamentos deverão ter carga horária mínima de 16 horas, durante o qual deverão ser abordados, no mínimo, os seguintes temas, sem prejuízo da inclusão de novos assuntos pelo BRB, na época dos respectivos treinamentos:
 - a) postura dos vigilantes com clientes e empregados;
 - b) postura dos vigilantes durante assaltos;
 - c) relações humanas;
 - d) noções básicas de etiqueta;
 - e) treinamento focado no ambiente bancário;

- f) manuseio correto da arma;
- g) manuseio dos equipamentos e sistemas de segurança;
- h) atendimento a portadores de necessidades especiais;
- i) conhecimento das normas de segurança do BRB;

- 14.5. Deverão ser realizados, pela CONTRATADA, treinamento específico para os vigilantes, em conjunto com a Gerência de Segurança Física do BRB, em caso de implementação de novo dispositivo de segurança, arcando com as despesas decorrentes;
- 14.6. O treinamento descrito acima deverá ser efetuado a todos os vigilantes, antes da assunção de seus postos;
- 14.7. A CONTRATADA deverá apresentar, previamente, os planos de treinamento, através da elaboração de apostilas, à GESEF, para aprovação;
- 14.8. Os certificados de participação no treinamento, individuais (por vigilante), deverão ser apresentado ao BRB, logo após a realização do treinamento, sem prejuízo da reciclagem exigida por lei.

15. DOS EQUIPAMENTOS E UNIFORME

- 15.1. A CONTRATADA deverá fornecer, às suas expensas, crachá de identificação funcional e uniforme para os vigilantes contendo o logotipo da empresa;
- a) A CONTRATADA deverá apresentar à GESEF, leiautes do crachá e uniforme para avaliação, aprovação ou proposição de alterações;
 - b) A CONTRATADA deverá apresentar à GESEF, Termo de Recebimento único, por vigilante, de crachá, uniforme, colete à prova de balas e equipamentos individuais, devidamente assinado pelos vigilantes, semestralmente, ou a cada nova entrega. O termo de recebimento deverá ser elaborado em três vias, sendo uma para a CONTRATADA, uma para o empregado e uma a ser encaminhada à GESEF;
 - c) Os Termos de Recebimento dos DMMs – Detectores Manuais de Metal de cada dependência deverão ser assinados por 1 (um) vigilante lotado no PA.
 - d) A CONTRATADA não poderá repassar os custos de quaisquer itens de uniforme e equipamentos a seus empregados;
- 15.2. os itens que compõem os uniformes devem ser fornecidos de acordo com a quantidade e periodicidade descritas no quadro abaixo, zelando para que os mesmos estejam sempre rigorosamente limpos, completos e em boas condições de apresentação;

UNIFORMES			
ITEM	POSTOS	PERIODICIDADE	QUANTIDADE*
Blazer feminino	CMI BRB / Recepção do ed. Brasília	Anual	2
Calça	Demais Pontos de Atendimento	Semestral	2
Calça feminina	CMI BRB / Recepção do ed. Brasília	Semestral	2
Camisa feminina	CMI BRB / Recepção do ed. Brasília	Semestral	2
Camisa manga curta	Demais Pontos de Atendimento	Semestral	2
Camisa social manga longa	Pronto Atendimento / Demais Pontos de Atendimento	Semestral	2
Cinto de couro	Pronto Atendimento / Demais Pontos de Atendimento	Anual	2
Cinto feminino	Demais Pontos de Atendimento	Anual	2
Coturno	Demais Pontos de Atendimento	Semestral	1
Gravata	Pronto Atendimento / Demais Pontos de Atendimento	Anual	3
Japona em tecido	Demais Pontos de Atendimento	Anual	1
Meia	Pronto Atendimento / Demais Pontos de Atendimento	Semestral	2
Sapato social masculino	Pronto Atendimento 24h	Semestral	1
Sapato social masculino	Pronto Atendimento 12h	Semestral	2
Sapato social feminino	CMI BRB / Recepção do ed. Brasília	Semestral	2
Terno (paletó e calça)	Pronto Atendimento 24h	Anual	1
Terno (paletó e calça)	Pronto Atendimento 12h	Anual	2

*Quantidade mínima por prestador

OBS.

1. as peças que não apresentarem mais condições de uso deverão ser substituídas imediatamente a qualquer tempo.
2. a equipe do Pronto Atendimento (SPP – Segurança Pessoal Privada) não utilizará uniforme, porém deverão ser providos de terno (paletó e calça) para serviços pontuais.
3. a planilha acima reflete a configuração atual dos postos, considerando o gênero dos prestadores.

15.3. A CONTRATADA deverá fornecer todo o equipamento e material, necessários à perfeita execução dos serviços contratados, na periodicidade e quantidade definidas no quadro a seguir:

EQUIPAMENTOS E COMPLEMENTOS		
ITEM	PERIODICIDADE	QUANTIDADE
Apito	Trienal	1
Cassetete	30 meses	1
Cinto de Nylon para arma, cassetete e munição	Anual	1
Coldre	30 meses	1
Colete à prova de balas Nível II	Quinquenal	1
Cordão para apito	Trienal	1
Detector de metal manual*	24 Meses	1
Livro de ocorrências**	Semestral	1
Munição não recarregada	Anual	6
Porta Cassetete	30 meses	1
Revólver	10 Anos	1

* Quantidade atual de 39 (trinta e nove) Detectores Manual de Metais. De acordo com abertura de novos Pontos de Atendimento bancário, a Contratada deverá disponibilizar os DMM's.

** Por dependência. Os demais são por vigilante.

- 15.4. Deverão ser fornecidos 1 (um) revólver com munição completa para cada posto de vigilância, o qual será de uso comum do posto;
- a) a CONTRATADA deverá fornecer as armas e apresentar ao BRB a relação de armas alocadas a cada dependência e cópias xerográficas autenticadas dos respectivos "Registros e Portes de Arma", em até 30 (trinta) dias da assinatura do contrato;
 - b) as cópias Autenticadas dos Registros das armas utilizadas pelos vigilantes deverão acompanhá-las, ficando sob a guarda dos vigilantes, para a apresentação à Polícia, quando solicitado;
 - c) a arma deverá ser utilizada somente em legítima defesa, própria ou de terceiros, e na salvaguarda do patrimônio do BRB, após esgotados todos os outros meios para a solução de eventual problema;
 - d) as armas serão de calibre 38, modelo mais recente do mercado para vigilantes. No caso do Pronto Atendimento (SPP – Segurança Pessoal Privada) 24hs, o armamento deverá ser pistola PT 380, atendendo sempre à legislação vigente;
 - e) a munição utilizada deverá ser de procedência de fabricante, estar dentro do prazo de validade e de acordo com os padrões estabelecidos para utilização nas respectivas armas;
 - f) a CONTRATADA substituirá, anualmente, toda a munição utilizada pelos postos de vigilância por munições novas, sem prejuízo das manutenções e trocas que se fizerem necessárias durante o desempenho das funções dos vigilantes; o BRB não admitirá, em hipótese alguma, o uso de munições recarregadas.
 - g) a CONTRATADA realizará manutenção preventiva nas armas, anualmente;
 - h) a CONTRATADA deverá fornecer um cofre para a guarda de armas e estoque de munição, que deverá ser instalado em local apropriado, dentro das dependências do BRB;
- 15.5. A CONTRATADA fornecerá 1 (um) detector de metal manual - DMM para cada dependência do BRB – Banco de Brasília S/A, de acordo com a quantidade de portas giratórias para acesso de clientes, conforme item 15.3. Onde houver mais de 1 (uma) porta giratória, deverá ser fornecido tantos DMMs quantos forem os acessos.
- a) Os DMMs serão de uso comum a todos os vigilantes da dependência;
 - b) A CONTRATADA deverá manter o detector de metal manual em funcionamento permanentemente, e se responsabilizará por qualquer ônus causado ao BRB, em função do descumprimento desta obrigatoriedade.
 - c) A CONTRATADA deverá realizar treinamento com os vigilantes quanto à utilização do equipamento, conforme normas do fabricante e Normativos internos do BRB.

- À CONTRATADA será imputada responsabilidade e ônus por danos causados a empregados, clientes ou terceiros, em virtude de utilização incorreta do equipamento;
- d) O detector de metal manual a ser disponibilizado deverá:
- a) Possuir alto nível de sensibilidade, pré calibrado em fábrica e não deve possuir seletor externo para ajuste da sensibilidade pelo operador;
 - b) Detectar tanto metais ferrosos como não-ferrosos;
 - c) Possuir 3 tipos de indicação de alarme : sonoro, visual e por vibração do punho;
 - d) Conter uma ou mais chave(s) para ligar/desligar o aparelho e escolher o modo de alarme;
 - e) Possuir no mínimo 2 (dois) modos de operação dos alarmes. Por exemplo, visual/vibração e visual/sonoro;
 - f) Apresentar LEDs coloridos indicadores:
 - 01 LED que represente indicação visual de alarme;
 - 01 LED que indique que o aparelho está ligado e pronto para operar assim como indicação do processo da carga da bateria quando colocado no carregador indutivo;
 - 01 LED piscante que indique nível baixo da carga de bateria.
 - g) Ser fabricado em ABS, na cor preta e ser resistente a todo tipo de choque e vibração;
- e) Juntamente com o DMM deverá ser fornecida 1 (uma) bateria recarregável tipo Ni-MH de 9V/150mAh ou equivalente e uma bateria de reserva lacrada para cada aparelho permanentemente;
- f) Cada DMM deverá ser acompanhado também de 1 (um) carregador bivolt.
- 15.6. Tanto os revólveres quanto os DMMs deverão permanecer na dependência de prestação dos serviços e apresentar perfeito estado de conservação durante toda a validade do contrato e serão de uso comum e de responsabilidade dos vigilantes da dependência;
- 15.7. Os demais itens serão de uso individual.

16. CABE À GESEF – GERÊNCIA DE SEGURANÇA FÍSICA

- 16.1. Contactar a CONTRATADA, nos casos de irregularidades encontradas e de descumprimento do contrato, fixando-lhe prazo para corrigir defeitos ou irregularidades encontradas na execução do contrato;
- 16.2. dar ciência à CONTRATADA, após a assinatura do contrato, dos procedimentos e normas de segurança para execução dos serviços de vigilância;
- 16.3. exigir o cumprimento dos procedimentos de segurança;
- 16.4. efetuar a conferência dos documentos e pagamento das faturas;

- 16.5. aprovar ou rejeitar as faturas e a documentação complementar em até 03 (três) dias úteis contados da apresentação;
- 16.6. estabelecer, juntamente com os administradores das dependências o horário de trabalho a ser cumprido pelos empregados da CONTRATADA à serviço do BRB.
- 16.7. autorizar a execução de serviços extraordinários para obras, reformas, emergências, etc.

17. CABE AOS ADMINISTRADORES DAS DEPENDÊNCIAS

- 17.1. Administrar a execução dos serviços;
- 17.2. informar à GESEF sobre toda e qualquer irregularidade na execução dos serviços;
- 17.3. controlar a execução de horas extras, previamente aprovadas pela GESEF.

18. PRAZO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

- 18.1. O prazo de vigência do contrato a ser firmado será de 30 meses, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, nos termos do Art. 57, II da Lei 8.666/93, respeitando o limite de 60 (sessenta) meses.

19. DAS SANÇÕES

- 19.1. Para efeito de aplicação de multas, as infrações possuem percentuais conforme a tabela a seguir:

Item	Descrição da Infração	Multa*
1	Permitir a presença de funcionário sem equipamentos e uniformes e/ou com os mesmos deteriorados, sujos, mal apresentado e/ou sem crachá, registrado por ocorrência(s);	2,0%
2	Receber reclamação do SAC/OUVIDORIA, referente a conduta do vigilante, cuja procedência seja atestada pela GESEF	2,0%
3	Recusar-se a executar serviço determinado pela GESEF ou administrador da dependência, sem motivo justificado; por ocorrência	1,0%
4	Permitir a presença de funcionário sem CNV – Carteira Nacional de Vigilante, ou com a CNV Vencida, por ocorrência	3,00%
5	Disponibilizar arma e munição em desconformidade ao recomendado pelo fabricante, bem como não atualizar Registro e Porte de arma dos vigilantes	2,0%
6	Atrasos a partir de 15 minutos, por hora. Incidente sobre o valor mensal do posto	1,00%
Item	Descrição da Infração	Multa**
7	Permitir situação que crie a possibilidade de ocorrências que cause ônus ao BRB ou dano físico, lesão corporal ou consequências letais; por ocorrência.***	3,0%
8	Suspender ou interromper, salvo por motivo de força maior ou caso fortuito, os postos de serviços contratados por dia e por unidade de atendimento;	3,0%
Para os itens a seguir, DEIXAR DE:		
9	Cumprir determinação formal ou instrução complementar da GESEF, por ocorrência.	0,2%
10	Fornecer uniformes e equipamentos em quantidades e periodicidades previstas no Edital, por dia de atraso na entrega	0,01%
11	Apresentar a documentação de habilitação atualizada, quando solicitado pelo BRB, por ocorrência	0,2%
12	Entregar os recibos de entrega dos vales-transporte e/ou ticket refeição, quando solicitado pelo	0,1%

	BRB, por ocorrência.	
13	Entregar mensalmente a planilha de movimentação de vigilantes, por ocorrência	0,4%
14	Iniciar execução de serviço nos prazos estabelecidos pela GESEF, observados os limites mínimos estabelecidos por este Contrato por serviço, por ocorrência.	0,1%
15	Efetuar o pagamento de salários, adicionais, benefícios, vale-transporte, e/ou ticket refeição até o quinto dia útil, por dia e por ocorrência.	0,5%

* Incidente sobre o valor mensal do posto.

** Incidente sobre o valor mensal do contrato.

** Além da multa, a Contratada deverá ressarcir o valor do prejuízo causado ao BRB.

19.2. As sanções aqui previstas poderão ser aplicadas concomitantemente, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, não eximindo a CONTRATADA da regularização da pendência em até 48 horas;

20. REPACTUAÇÃO DO CONTRATO

20.1. A CONTRATADA deverá apresentar, no início do ajuste, a cada prorrogação e a cada alteração, arquivo, em meio magnético, contendo matrícula, nome, CPF e lotação de todos os empregados diretamente relacionados ao contrato e daqueles que fizerem parte do Quadro Suplementar destinado à cobertura de mão de obra ausente;

20.2. A CONTRATADA deverá apresentar memória de cálculo dos percentuais referentes a cada uma das rubricas constantes das Planilhas de Custos e Formação de preços;

20.3. É vedada a inclusão de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando, após a formalização do contrato, se tornarem obrigatórias por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo ou convenção coletiva;

20.4. A CONTRATADA deverá informar ao BRB sobre toda alteração de caráter obrigatório e superveniente, decorrente de acordos ou convenções coletivas de trabalho, durante a execução do objeto contratual.

21. DAS PLANILHAS DE CUSTOS

21.1. DO SALÁRIO BASE

- a) O salário base é representado pelo valor definido em Convenção Coletiva de Trabalho em vigor, da categoria de vigilante.

21.2. ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS

- a) Os encargos sociais e trabalhistas são os estabelecidos em lei e devem ser detalhados nas planilhas com os respectivos percentuais e valores:

I. ENCARGOS SOCIAIS

- a) INSS
- b) SESC/SESI
- c) SENAC/SENAI
- d) INCRA
- e) FGTS
- f) SEGURO ACIDENTE TRABALHO
- g) SALÁRIO-EDUCAÇÃO
- h) SEBRAE

II. ENCARGOS TRABALHISTAS

- a) FALTAS
- b) FÉRIAS
- c) LICENÇA PATERNIDADE
- d) ACIDENTE TRABALHO
- e) 13º SALÁRIO
- f) AVISO PRÉVIO TRABALHADO
- g) AVISO PRÉVIO INDENIZADO

21.3. INSUMOS

a) VALE REFEIÇÃO

- a) O valor corresponderá ao previsto na Convenção Coletiva da categoria vigente, multiplicado pelo número de dias trabalhados, limitado ao valor constante na convenção coletiva;
- b) O valor descontado do empregado sobre o auxílio alimentação deverá ser informado em planilha;
- c) A CONTRATADA deverá encaminhar à GESEF, sempre que solicitado, cópia do recibo de entrega do vale refeição aos seus empregados;
- d) Para efeito de cálculo, considera-se 21,75 dias efetivamente trabalhados por mês.

b) VALE TRANSPORTE

- a) O valor corresponderá ao valor médio das passagens do transporte urbano das cidades da prestação dos serviços, multiplicado pela quantidade de dias trabalhados deduzida a parcela do empregado no valor correspondente a 6% do Salário Base;
- b) Quantidade: 2 por dia trabalhado;
- c) A CONTRATADA deverá encaminhar à GESEF, sempre que solicitado, cópia do recibo de entrega do vale transporte aos seus empregados;
- d) Para efeito de cálculo, considera-se 21,75 dias efetivamente trabalhados por mês.

c) AUXÍLIO SAÚDE

- a) O valor corresponderá ao previsto na Convenção Coletiva da categoria vigente;
- b) O valor descontado a título de participação do empregado sobre o auxílio saúde deverá ser informado em planilha.

d) FUNDO SOCIAL E ODONTOLÓGICO

- a) O valor corresponderá ao previsto na Convenção Coletiva da categoria vigente.

e) FUNDO PARA INDENIZAÇÃO DECORRENTE DE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ, POR DOENÇA DE QUALQUER NATUREZA.

- a) O valor corresponderá ao previsto na Convenção Coletiva da categoria vigente.

f) DEMAIS INSUMOS – EQUIPAMENTOS E UNIFORMES

- a) Equipamentos e uniformes: Valor corresponde ao preço médio dos valores resultantes de pesquisa de mercado dividido pelo tempo de vida útil e multiplicado pela quantidade do material;
- b) munição: corresponde ao preço médio dos valores resultantes de pesquisa de mercado dividido pelo tempo de vida útil.

21.4. VEÍCULO DO PRONTO ATENDIMENTO (SPP – SEGURANÇA PESSOAL PRIVADA)

- a) Valor: corresponderá ao valor praticado no BRB para ressarcimento do Km rodado, considerando os gastos com manutenção do veículo, combustível, óleo, borracharia, seguro obrigatório, IPVA, depreciação, seguro do automóvel, peças serviços e outros.
- b) Quilometragem mês: estimado como média mensal 3.000 KM

OBS. Quando o limite de 3.000 Km for ultrapassado, a empresa deverá encaminhar, juntamente com a Fatura mensal, o relatório dos atendimentos efetuados no mês, com os detalhamento dos roteiros e quilômetros rodados e relatório do rastreador veicular GPS, para que os valores sejam conferidos e ressarcidos pelo BRB;

21.5. DESPESAS OPERACIONAIS

- a) Refere-se ao total dos percentuais estabelecidos para despesas administrativas e lucro.

21.6. TRIBUTOS

- a) Os tributos são os estabelecidos em lei e devem ser detalhados nas planilhas, por localidade, com os respectivos percentuais e valores:
 - I. TRIBUTOS
 - a) ISS
 - b) PIS
 - c) COFINS

21.7. COMPONENTES DA PLANILHA POSTO 8h48m DE 2ª A 6ª FEIRA - devem ser detalhados com os respectivos percentuais e valores

- a) **Remuneração** – salário base + hora extra + adicionais, quando houver.
- b) **Encargos Sociais Básicos e Trabalhistas** – (GRUPO A+B+C+D+E) = Percentual de referência **78,46% (nem mínimo, nem máximo)**
- c) **Demais componentes** – Despesas Administrativas e Lucro
- d) **Tributos** – ISS, PIS, COFINS

- e) **Valor Máximo do posto: R\$ 6.833,76 (Seis mil, oitocentos e trinta e três reais e setenta e seis centavos)**

21.8. COMPONENTES DA PLANILHA POSTO 8h48m DE 2ª A 6ª FEIRA – Desarmado - devem ser detalhados com os respectivos percentuais e valores

- a) **Remuneração** – salário base + hora extra + adicionais, quando houver.
- b) **Encargos Sociais Básicos e Trabalhistas** – (GRUPO A+B+C+D+E) = Percentual de referência **78,46% (nem mínimo, nem máximo)**
- c) **Demais componentes** – Despesas Administrativas e Lucro
- d) **Tributos** – ISS, PIS, COFINS
- e) **Valor Máximo do posto: R\$ 6.793,15 (Seis mil, setecentos e noventa e três reais e quinze centavos)**

21.9. COMPONENTES DA PLANILHA POSTO 12h DE 2ª A 6ª FEIRA – DIURNO devem ser detalhados com os respectivos percentuais e valores

- a) **Remuneração** – (salário base) + hora extra + adicionais, quando houver.
- b) **Encargos Sociais Básicos e Trabalhistas** – (GRUPO A+B+C+D+E) = Percentual de referência **78,46% (nem mínimo, nem máximo)**
- c) **Demais componentes** – Despesas Administrativas e Lucro
- d) **Tributos** – ISS, PIS, COFINS
- e) **Valor Máximo do posto: R\$ 10.458,07(Dez mil, quatrocentos e cinquenta e oito reais e sete centavos)**

21.10.COMPONENTES DA PLANILHA POSTO 12h DE 2ª A 6ª FEIRA – DIURNO Desarmado, devem ser detalhados com os respectivos percentuais e valores

- a) **Remuneração** – (salário base) + hora extra + adicionais, quando houver.
- b) **Encargos Sociais Básicos e Trabalhistas** – (GRUPO A+B+C+D+E) = Percentual de referência **78,46% (nem mínimo, nem máximo)**
- c) **Demais componentes** – Despesas Administrativas e Lucro
- d) **Tributos** – ISS, PIS, COFINS
- e) **Valor Máximo do posto: R\$ 10.417,46 (Dez mil, quatrocentos e dezessete reais e quarenta e seis centavos)**

21.11.COMPONENTES DA PLANILHA POSTO 24h DE 2ª A DOMINGO, devem ser detalhados com os respectivos percentuais e valores

- a) **Remuneração** – (salário base*4) + hora extra + adicionais, quando houver.

- b) **Encargos Sociais Básicos e Trabalhistas** – (GRUPO A+B+C+D+E) = Percentual de referência **78,46% (nem mínimo, nem máximo)**
- c) **Demais componentes** – Despesas Administrativas e Lucro
- d) **Tributos** – ISS, PIS, COFINS
- e) **Valor Máximo do posto: R\$ 27.764,58 (vinte e sete mil, setecentos e sessenta e quatro reais e cinquenta e oito centavos)**

21.12. COMPONENTES DA PLANILHA POSTO 24h DE 26ª A DOMINGO – Desarmado, devem ser detalhados com os respectivos percentuais e valores

- a) **Remuneração** – (salário base*4) + hora extra + adicionais, quando houver.
- b) **Encargos Sociais Básicos e Trabalhistas** – (GRUPO A+B+C+D+E) = Percentual de referência **78,46% (nem mínimo, nem máximo)**
- c) **Demais componentes** – Despesas Administrativas e Lucro
- d) **Tributos** – ISS, PIS, COFINS
- e) **Valor Máximo do posto: R\$ 27.662,06 (Vinte e sete mil, seiscentos e sessenta e dois reais e seis centavos)**

21.13. COMPONENTES DA PLANILHA POSTO FISCAL SUPERVISOR DE 2ª A 6ª FEIRA – Desarmado, devem ser detalhados com os respectivos percentuais e valores

- a) **Remuneração** – (salário base) + hora extra + adicionais, quando houver.
- b) **Encargos Sociais Básicos e Trabalhistas** – (GRUPO A+B+C+D+E) = Percentual de referência **78,46% (nem mínimo, nem máximo)**
- c) **Demais componentes** – Despesas Administrativas e Lucro
- d) **Tributos** – ISS, PIS, COFINS
- e) **Valor Máximo do posto: R\$ 6.797,01 (Seis mil, setecentos e noventa e sete reais e um centavo)**

21.14. COMPONENTES DA PLANILHA PRONTO ATENDIMENTO (SPP - SEGURANÇA PESSOAL PRIVADA) – 24h DE 2ª A DOMINGO – COM VEÍCULO devem ser detalhados com os respectivos percentuais e valores.

- a) **Remuneração** – (salário base*4) + adicionais, quando houver.
- b) **Encargos Sociais Básicos e Trabalhistas** – (GRUPO A+B+C+D+E) = Percentual de referência **78,46% (nem mínimo, nem máximo)**
- c) **Demais componentes** – Despesas Administrativas e Lucro
- d) **Tributos** – ISS, PIS, COFINS
- e) **Valor Máximo do posto: R\$ 47.669,50 (Quarenta e sete mil, seiscentos e sessenta e nove reais e cinquenta centavos)**

21.15.COMPONENTES DA PLANILHA PRONTO ATENDIMENTO (SPP - SEGURANÇA PESSOAL PRIVADA) - 24h DE SEGUNDA A DOMINGO – SEM VEÍCULO devem ser detalhados com os respectivos percentuais e valores.

- a) **Remuneração** – (salário base*4) + adicionais, quando houver.
- b) **Encargos Sociais Básicos e Trabalhistas** – (GRUPO A+B+C+D+E) = Percentual de referência **78,46% (nem mínimo, nem máximo)**
- c) **Demais componentes** – Despesas Administrativas e Lucro
- d) **Tributos** – ISS, PIS, COFINS
- e) **Valor Máximo do posto: R\$ 44.645,11 (Quarenta e quatro mil, seiscentos e quarenta e cinco reais e onze centavos)**

21.16.COMPONENTES DA PLANILHA PRONTO ATENDIMENTO (SPP - SEGURANÇA PESSOAL PRIVADA) - 12h – DE 2ª A 6ª FEIRA devem ser detalhados com os respectivos percentuais e valores.

- a) **Remuneração** – (salário base*2) + adicionais, quando houver.
- b) **Encargos Sociais Básicos e Trabalhistas** – (GRUPO A+B+C+D+E) = Percentual de referência **78,46% (nem mínimo, nem máximo)**
- c) **Demais componentes** – Despesas Administrativas e Lucro
- d) **Tributos** – ISS, PIS, COFINS
- e) **Valor Máximo do posto: R\$ 23.750,59 (vinte e três mil, setecentos e cinquenta reais e cinquenta e nove centavos)**

22. DA INCIDÊNCIA DO PERCENTUAL DE REAJUSTE

22.1. O reajuste anual deve obedecer a convenção coletiva da categoria, aplicando-se o percentual definido apenas sobre a remuneração e os encargos sociais e trabalhistas, não incidindo sobre a taxa de administração e o lucro, nem sobre os insumos;

22.2. somente serão considerados reajustes sobre os itens dos insumos caso a CONTRATADA comprove o aumento.

23. DESPESAS COM SERVIÇOS EXTRAORDINÁRIOS E SUBSTITUIÇÕES

23.1. HORAS-EXTRAS E REFORÇOS

- a) O quantitativo de pessoal contratado foi dimensionado de acordo com as necessidades do BRB, não sendo admitida a realização de jornada extraordinária, exceto com prévia e expressa autorização da GESEF;
- b) As Horas extras autorizadas deverão ser registradas na folha de ponto e ratificadas pelo administrador da dependência;

- c) Se na apuração forem constatadas serviços não autorizadas pela GESEF, em desacordo com o pactuado, as despesas correrão por conta da CONTRATADA e não serão repassadas ao BRB;
- d) Cálculo para hora extra eventual e reforço:

HORA EXTRA DIURNA			
Valor do Posto 08:48h	Hora + 50%	Horas mensais	Valor HE
R\$ 6.833,76	1,5	220	R\$ 46,59

REFORÇO/DIA			
Posto	Valor do posto	Dias efetivamente trabalhados	Reforço/dia
08h48	R\$ 6.833,76	21,75	R\$ 314,20
08h48 Desarmado	R\$ 6.793,15	21,75	R\$ 312,33
12 DIUNO	R\$ 10.458,07	21,75	R\$ 480,83
12 DIURNO Desarmado	R\$ 10.417,46	21,75	R\$ 478,93
24h	R\$ 27.764,58	30,44	R\$ 912,11
24h Desarmado	R\$ 27.662,07	30,44	R\$ 908,74
Fiscal Supervisor	R\$ 6.797,07	21,75	R\$ 312,51
Pronto Atendimento (SPP) 24h c/ Veículo	R\$ 47.669,50	30,44	R\$ 1.567,00
Pronto Atendimento (SPP) 24h s/ Veículo	R\$ 44.645,11	30,44	R\$ 1.466,66
Pronto Atendimento (SPP) 12h	R\$ 23.750,59	21,75	R\$ 1.091,98

- e) Entrega da documentação: anexo a Fatura de Horas Extras;
- f) O pagamento das horas extras será efetuado mediante entrega de documento comprovante assinado pelo supervisor da CONTRATADA e pelo administrador da dependência, responsável pela solicitação.
- g) A estimativa do valor para execução de serviços extraordinários foi baseada na média percentual dos 12 últimos meses para acompanhamento de obras, reformas, emergências e etc.
- h) Valor estimado de serviços extraordinários para a Região II : **R\$ 1.805.517,60 (Um milhão, oitocentos e cinco mil, quinhentos e dezessete reais e sessenta centavos)**, para 30 (trinta) meses.

23.2. RENDIÇÕES DE ALMOÇO

- a) A Contratada deverá às suas expensas, por necessidade da Administração ou por decisão da DELESP/DPF/DF, providenciar rendição de almoço para seus vigilantes, alocados nas dependências do BRB – Banco de Brasília S/A.
- b) Segue relação das atuais Dependências do Banco, alocadas na região II do Distrito Federal, que contam com a rendição de almoço para os vigilantes:

POSTOS COM COBERTURA DE ALMOÇO		
PREFIXO	AGÊNCIA/POSTO	Qtd. HORAS DIÁRIAS
24	AG TAGUATINGA NORTE	3
25	AG BRAZLANDIA	3
53	AG SAMAMBAIA NORTE	3
58	AG CNB 12	3
71	AG FLORIDA MALL	2
74	AG QNL	3
83	AG P SUL	3
82	AG PRAÇA DO DI	3
134	CEMAB	2
217	AG SEE-DF/CEILANDIA	2
252	AG TAGUATINGA SHOPPING	2
263	TJ RIACHO FUNDO	1
283	SES-DF/HRB - BRAZLANDIA	2
***	BRB SEDE - ED. BRASÍLIA	3
***	CEDOC	1
***	GEMAT	1
***	FINANCEIRA - TAG.	2

23.3. SUBSTITUIÇÕES

- À CONTRATADA cabe a responsabilidade de providenciar, às suas expensas e imediatamente, as substituições de profissionais que se ausentarem das atividades por falta, atraso, licença-paternidade, licença-maternidade, licença médica, ou qualquer afastamento previsto na legislação competente;
- Em todas as hipóteses de substituição, a CONTRATADA deverá encaminhar os profissionais substitutos para os locais de trabalho, munidos de formulário próprio de apresentação, onde constará obrigatoriamente: o nome completo, a ocupação e período de afastamento, o nome do empregado substituído, o motivo, e quando possível, a data de início e término da substituição;
- O formulário de apresentação do empregado substituto deverá ser apresentado em duas vias, sendo uma para controle da CONTRATADA, e outra a ser entregue na dependência, onde ocorrer a prestação dos serviços.
- A CONTRATADA deverá encaminhar para a GESEF, até o décimo primeiro mês de vigência contratual, na hipótese de manifestação formal das partes para prorrogação do contrato, escala com o período de usufruto das férias regulamentares de todos os profissionais alocados. A escala de férias deverá ser elaborada de forma a não prejudicar o andamento dos trabalhos habituais.
- A CONTRATADA deverá registrar as ocorrências e efetuar as substituições, mediante solicitação da GESEF, conforme o caso, dos profissionais que entrarem em férias, não sendo permitida a prorrogação da jornada de trabalho (dobra).
- A CONTRATADA fica obrigada a substituir, sempre que exigido pelo BRB, qualquer empregado em serviço, cuja apresentação, saúde, conduta moral ou profissional, sejam consideradas prejudiciais, inconvenientes, ou insatisfatórias, ou aqueles que, por qualquer forma, não satisfizerem as condições requeridas pela natureza dos serviços.

24. VALOR ORÇADO

REGIÃO II				
Estimativa	Posto	Nº	Valor Mensal	Valor 30 meses
8h 48min, 2ª a 6ª feira - Diurno	R\$ 6.833,76	109	R\$ 744.879,84	R\$ 22.346.395,20
8h 48min, 2ª a 6ª feira - Diurno Desarmado	R\$ 6.793,15	4	R\$ 27.172,60	R\$ 815.178,00
12h, 2ª a 6ª feira - Diurno	R\$ 10.458,07	1	R\$ 10.458,07	R\$ 313.742,10
12h, 2ª a 6ª feira - Diurno Desarmado	R\$ 10.417,46	2	R\$ 20.834,92	R\$ 625.047,60
24h, 2ª a Domingo - Integral	R\$ 27.764,58	8	R\$ 222.116,64	R\$ 6.663.499,20
24h, 2ª a Domingo - Integral Desarmado	R\$ 27.662,06	2	R\$ 55.324,12	R\$ 1.659.723,60
Fiscal Supervisor Desarmado	R\$ 6.797,01	1	R\$ 6.797,01	R\$ 203.910,30
Pronto Atendimento - SPP 24:00h horas	R\$ 47.699,50	1	R\$ 47.699,50	R\$ 1.430.985,00
Pronto Atendimento - SPP 24:00h horas s/ veículo	R\$ 44.645,11	1	R\$ 44.645,11	R\$ 1.339.353,30
Pronto Atendimento - SPP 12:00h horas	R\$ 23.750,59	1	R\$ 23.750,59	R\$ 712.517,70
TOTAL FIXO		130	R\$ 1.203.678,40	R\$ 36.110.352,00
HE E REFORÇO EVENTUAL		5%	R\$ 60.183,92	R\$ 1.805.517,60
TOTAL			R\$ 1.263.862,32	R\$ 37.915.869,60

ANEXO II			
Planilha demonstrativa de formação de preços.			
PLANILHA DE FORMAÇÃO DE PREÇOS		POSTO:	
I- MÃO DE OBRA:			
01	Remuneração		
02	Hora Extra		
03	Adicional Noturno		
04	Adicionais (Periculosidade/Insalubridade)	30,00%	
	VALOR DA REMUNERAÇÃO		
	ENCARGOS (percentual de referência)	78,46%	
	TOTAL DA MÃO DE OBRA		
II- ENCARGOS SOCIAIS: Calculado sobre o valor da remuneração e reserva técnica			
GRUPO "A":			
A1	INSS- Art. 22-Inciso I Lei nº 8212/91		
A2	SESC/SESI-Art. 30 da Lei nº 8.036/90		
A3	SENAC/SENAI - Decreto nº 2.318/86		
A4	INCRA-Decreto Lei nº 1.146/70		
A5	FGTS – Art. 15 Lei nº 8030/90 e art. 7º inciso III C.F		
A6	SEGURO ACIDENTE TRABALHO – Art. 22 – Inciso II lei nº 8212/91		
A7	Salário-Educação-Art. 15 Lei nº 9424/96, Art. 2º do Dec. 3.142/99 e Art. 212 § 5º C.F.		
A8	SEBRAE -Lei 826-12/04/1990 – Lei 8154 – 28/12/1990		
GRUPO B : TEMPO NÃO TRABALHADO I			
B1	Férias- Art. 142 Dec. Lei 5452/42 e Inciso XVII Art. 7º CF		
GRUPO B' : TEMPO NÃO TRABALHADO II			
B2	FALTAS ABONADAS – Art. 18 Lei 8219/91, Art. 476 CLT		
B3	LICENÇA PATERNIDADE – Arts. 7º Inciso XIX CF		
B4	FALTAS LEGAIS – Arts 473 e 822 CLT e Art. 5º Lei 605/49		
B5	ACIDENTE TRABALHO – Lei nº 6367/76 e art. 5º Lei 605/49		
B6	AVISO PRÉVIO TRABALHADO – Art. 487 CLT e Inciso XXI do Art. 7º CF		
GRUPO C – GRATIFICAÇÕES:			
C1	Abono constitucional 1/3 – Inciso XVII do Art. 7º CF		
C2	13º SALÁRIO – Lei 4.090/62, Lei 7787/89 e Inc. VII – Art. 7º CF		
TOTAL B+B'+C			
GRUPO D – INDENIZAÇÕES			
D1	Aviso Prévio indenizado + 13º, férias e 1/3 const		
D2	FGTS s/ aviso prévio		
D3	Indenização compensatória por demissão justa causa		
GRUPO E			
F1	INCIDÊNCIA CUMULATIVA GRUPO A x (B+B'+C)		
TOTAL DOS ENCARGOS SOCIAIS (A+B+C+D)			
REM+ENCARGOS SOCIAIS+TRABALHISTAS			
III- INSUMOS			
1	Uniforme		
2	AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO		
3	Vale transporte -		
4	Equipamento, armamento e munição		
5	Manutenção/Depreciação de Equipamentos		
6	Seleção / Treinamento / Reciclagem		
7	Seguro de vida em grupo – Cláusula 16ª CCT 2016		
8	AUXÍLIO SAÚDE – Cláusula 14ª da CCT 2016		
9	Fundo Social e Odontológico – Cláusula 18ª da CCT 2016		
10	Fundo de Indenização aposentadoria Invalidez/Doença		
11	Outros (especificar)		
TOTAL REM+ENCARGOS+INSUMOS			
IV- DEMAIS COMPONENTES – VALOR MÁXIMO 15,50%			
1	Lucro		
2	Despesas Administrativas / Operacionais		
VALOR TOTAL DOS DEMAIS COMPONENTES		15,50%	
V- TRIBUTOS (ISS-COFINS-PIS-S/FATURAMENTO)			
	TO Tributos/100		
01	ISS		
02	PIS		
03	COFINS		
04	Outros (especificar)		
TOTAL			
P0 (Mão de obra + Insumos + Demais Componentes)			
P1 P0/(1-100)			
VALOR TOTAL DOS TRIBUTOS (P1-P0)			
VI- PREÇO MENSAL/POSTO(MÃO DE OBRA+INSUMOS+D.COMP + TRIBUTOS)		R\$ 0,00	

CONTINGENCIAMENTO DE ENCARGOS TRABALHISTAS			
POSTO:			
	ITENS PARA PROVISIONAMENTO	Percentual	Valor (R\$)
A	13º SALÁRIO – Lei 4.090/62, Lei 7787/89 e Inc. VII – Art. 7º CFº	8,93%	R\$ 0,00
B	Férias- Art. 142 Dec. Lei 5452/42 e Inciso XVII Art. 7º CF	8,93%	R\$ 0,00
C	Indenização compensatória por demissão sem justa causa	4,67%	R\$ 0,00
D	Abono constitucional 1/3 – Inciso XVII do Art. 7º CF	2,98%	R\$ 0,00
E	Subtotal	25,51%	R\$ 0,00
F	Incidência do Grupo A sobre 13º e Férias	9,45%	R\$ 0,00
G	Subtotal 2	34,96%	R\$ 0,00
H	TOTAL		R\$ 0,00
Planilha atualizada considerando 3% de Seguro acidente de Trabalho			

Obs: Os percentuais da planilha de contingenciamento de encargos trabalhistas são de referência, não representando índice total mínimo ou máximo.

ANEXO III
PLANILHA DE PREÇOS

OBJETO: Prestação de serviços de vigilância armada nas dependências do BRB, localizadas no Distrito Federal – Região II.

NOME DA EMPRESA:
ENDEREÇO:
E-MAIL:

CNPJ:
FONE/FAX:

QUADRO I

REGIÃO II				
Estimativa	Posto	Nº	Valor Mensal	Valor 30 meses
8h 48min, 2ª a 6ª feira - Diurno	R\$ 6.833,76	109	R\$ 0,00	R\$ 0,00
8h 48min, 2ª a 6ª feira - Diurno Desarmado	R\$ 6.793,15	4	R\$ 0,00	R\$ 0,00
12h, 2ª a 6ª feira - Diurno	R\$ 10.458,07	1	R\$ 0,00	R\$ 0,00
12h, 2ª a 6ª feira - Diurno Desarmado	R\$ 10.417,46	2	R\$ 0,00	R\$ 0,00
24h, 2ª a Domingo - Integral	R\$ 27.764,58	8	R\$ 0,00	R\$ 0,00
24h, 2ª a Domingo - Integral Desarmado	R\$ 27.662,06	2	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Fiscal Supervisor Desarmado	R\$ 6.797,01	1	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Pronto Atendimento - SPP 24:00h horas	R\$ 47.699,50	1	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Pronto Atendimento - SPP 24:00h horas s/ veículo	R\$ 44.645,11	1	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Pronto Atendimento - SPP 12:00h horas	R\$ 23.750,59	1	R\$ 0,00	R\$ 0,00
TOTAL FIXO		130	R\$ 0,00	R\$ 0,00
HE E REFORÇO EVENTUAL		5%	R\$ 0,00	R\$ 0,00
TOTAL			R\$ 0,00	R\$ 0,00

QUADRO II

DEPENDÊNCIA	POSTO	Qtde.	Preço unitário mensal (R\$)	Total mensal (R\$)	Total p/ 30 meses (R\$)
AG. EPNB	8h 48min, 2ª a 6ª feira - Diurno	3			R\$ 0,00
AG. ÁGUAS CLARAS	8h 48min, 2ª a 6ª feira - Diurno	3			R\$ 0,00
AG. ALFA	8h 48min, 2ª a 6ª feira - Diurno	3			R\$ 0,00
AG. BANDEIRANTE	8h 48min, 2ª a 6ª feira - Diurno	3			R\$ 0,00
AG. BRAZILÂNDIA	8h 48min, 2ª a 6ª feira - Diurno	3			R\$ 0,00
AG. CEILÂNDIA CENTRO	8h 48min, 2ª a 6ª feira - Diurno	3			R\$ 0,00
AG. CEILÂNDIA NORTE	8h 48min, 2ª a 6ª feira - Diurno	3			R\$ 0,00
AG. CEILÂNDIA SUL	8h 48min, 2ª a 6ª feira - Diurno	3			R\$ 0,00
Ag. CENTRAL	8h 48min, 2ª a 6ª feira - Diurno	3			R\$ 0,00
AG. CNB - 12	8h 48min, 2ª a 6ª feira - Diurno	3			R\$ 0,00
AG.EMPRESARIAL TAGUATINGA	8h 48min, 2ª a 6ª feira - Diurno	1			R\$ 0,00
AG. FLÓRIDA MALL	8h 48min, 2ª a 6ª feira - Diurno	2			R\$ 0,00
AG. GAMA	8h 48min, 2ª a 6ª feira - Diurno	3			R\$ 0,00
AG. HÉLIO PRATES	8h 48min, 2ª a 6ª feira - Diurno	3			R\$ 0,00
AG. PRAÇA DO DI	8h 48min, 2ª a 6ª feira - Diurno	3			R\$ 0,00
AG. P SUL	8h 48min, 2ª a 6ª feira - Diurno	3			R\$ 0,00
AG. QNL	8h 48min, 2ª a 6ª feira - Diurno	3			R\$ 0,00
AG. RECANTO DAS EMAS	8h 48min, 2ª a 6ª feira - Diurno	3			R\$ 0,00
AG. RIACHO FUNDO	8h 48min, 2ª a 6ª feira - Diurno	3			R\$ 0,00
AG. SAMAMBAIA	8h 48min, 2ª a 6ª feira - Diurno	3			R\$ 0,00
AG.SMAMBAIA SUL	8h 48min, 2ª a 6ª feira - Diurno	3			R\$ 0,00
AG. SANTA MARIA	8h 48min, 2ª a 6ª feira - Diurno	3			R\$ 0,00
AG. TAGUATINGA	8h 48min, 2ª a 6ª feira - Diurno	4			R\$ 0,00
AG. TAGUATINGA NORTE	8h 48min, 2ª a 6ª feira - Diurno	3			R\$ 0,00
AG. TAGUATINGA SHOPPING	8h 48min, 2ª a 6ª feira - Diurno	2			R\$ 0,00
AG. TAGUATINGA SUL	8h 48min, 2ª a 6ª feira - Diurno	3			R\$ 0,00
AG. VICENTE PIRES	8h 48min, 2ª a 6ª feira - Diurno	3			R\$ 0,00
AG. CEMAB	8h 48min, 2ª a 6ª feira - Diurno	2			R\$ 0,00
AG. PM TAGUATINGA	8h 48min, 2ª a 6ª feira - Diurno	2			R\$ 0,00
AG. METRÔ ÁGUAS CLARAS	8h 48min, 2ª a 6ª feira - Diurno	2			R\$ 0,00
AG. PMDF GAMA	8h 48min, 2ª a 6ª feira - Diurno	2			R\$ 0,00
AG. SEE/DF CEILÂNDIA	8h 48min, 2ª a 6ª feira - Diurno	2			R\$ 0,00
AG. SEE/DF GAMA	8h 48min, 2ª a 6ª feira - Diurno	2			R\$ 0,00
AG. SES/DF - HRC	8h 48min, 2ª a 6ª feira - Diurno	2			R\$ 0,00
AG. SES/DF - HRB	8h 48min, 2ª a 6ª feira - Diurno	2			R\$ 0,00
AG. SES/DF - HRG	8h 48min, 2ª a 6ª feira - Diurno	2			R\$ 0,00
AG. SES/DF - HRT	8h 48min, 2ª a 6ª feira - Diurno	2			R\$ 0,00
PA TJ BANDEIRANTE	8h 48min, 2ª a 6ª feira - Diurno	1			R\$ 0,00
AG. TJ CEILÂNDIA	8h 48min, 2ª a 6ª feira - Diurno	2			R\$ 0,00
AG. TJ RIACHO FUNDO	8h 48min, 2ª a 6ª feira - Diurno	1			R\$ 0,00
AG. TJ SAMAMBAIA	8h 48min, 2ª a 6ª feira - Diurno	2			R\$ 0,00
AG. TJ TAGUATINGA	8h 48min, 2ª a 6ª feira - Diurno	2			R\$ 0,00
Financeira BRB - Taguatinga	8h 48min, 2ª a 6ª feira - Diurno	2			R\$ 0,00
CEDOC - SIG	24h, 2ª a Domingo - Integral	1			R\$ 0,00
DITEC/SUPRO/SUSIS	12h, 2ª a 6ª feira - Diurno	1			R\$ 0,00
DITEC/SUPRO/SUSIS	24h, 2ª a Domingo - Integral	4			R\$ 0,00
Ed. Brasília	24h, 2ª a Domingo - Integral	4			R\$ 0,00
Ed. Brasília	12h, 2ª a 6ª feira - Diurno	2			R\$ 0,00
Ed. Brasília	Pronto atendimento 24 horas	2			R\$ 0,00
Ed. Brasília	Pronto atendimento 12 horas	1			R\$ 0,00
Ed. Brasília	Fiscal Supervisor	1			R\$ 0,00
Ed. Brasília	8h 48min, 2ª a 6ª feira - Diurno	5			R\$ 0,00
GEMAT	24h, 2ª a Domingo - Integral	1			R\$ 0,00
		5%	-----		R\$ 0,00
TOTAL					R\$ 0,00
		130			

Local e Data

NOME DA EMPRESA

Assinatura do representante da empresa
(nome e número da identidade do declarante)

ANEXO IV

RELAÇÃO DE DEPENDÊNCIAS

Cód	Agência	Endereço
081	AG. EPNB	ADE, Conjunto 16, Lote 47, Lojas 1 a 4, Águas Claras
078	AG. ÁGUAS CLARAS	Rua16 Norte, LOTE 02 – LJ 07 A 10 – ED. Márcia Corrêa Muniz, Águas Claras
216	AG. ALFA	QI 1 LOTE 160 TÉRREO, SETOR INDUSTRIAL – GAMA/DF
105	AG. BANDEIRANTE	AV. CENTRAL COM. BL. 293/306 NÚCLEO BANDEIRANTE/DF
025	AG. BRAZLÂNDIA	SETOR NORTE Q. 3 BL. B LTS 6 A 10 – BRAZLÂNDIA/DF
026	AG. CEILÂNDIA CENTRO	CNM 01 BL. B CENTRO – CEILÂNDIA/DF
043	AG. CEILÂNDIA NORTE	QNN 25 CONJ C LTS 2/4 CEILÂNDIA NORTE/DF
174	AG. CEILÂNDIA SUL	QNN 30-A.E. I LJS. 1, 2, 3 E 102-CEISHOP-CEILÂNDIA/DF
027	AG. CENTRAL	SBS QUADRA 1, BL. E, ED. BRASÍLIA - BRASÍLIA - DF
058	AG. CNB – 12	CNB 12 LOTES 17/18 LOJA 01–TÉRREO–TAGUATINGA/DF
071	AG. FLÓRIDA MALL	EPTG. R. QUARESMEIRA 2A,L.08, BL.Q, LJ. 29/30, SHOP FLÓRIDA MALL
286	AG. EMPRESARIAL TAGUATINGA	CNA 01, Lotes 09/10, Lojas 01/10 (Térreo) e Sobreloja 01/12/Parte - TAGUATINGA
104	AG. GAMA	SCC 01 LOTES 01/19 – GAMA/DF
079	AG. HÉLIO PRATES	CNN 02 BLOCO C LOTES 06/07 CEILÂNDIA/DF
082	AG. PRAÇA DO DI	CNA 01, LOTES 09/10, TÉRREO E SOBRELOJA, PRAÇA DO DI -Taguatinga
083	AG. P SUL	QUADRA 01, CONJUNTO C, LOTE 24, ADE CENTRO NORTE – CEILÂNDIA/DF
074	AG. QNL	EQNL 05/07 BLOCO A LOJA 01 TÉRREO -TAGUATINGA/DF
240	AG. RECANTO DAS EMAS	QD. 203 LT 15, AV. RECANTOS DAS EMAS – RECANTO DAS EMAS/DF
241	AG. RIACHO FUNDO	ÁREA CENTRAL 03, Lote 10 - RIACHO FUNDO - DF CEP 71.810-300-
053	AG. SAMAMBAIA	QN 206 LT 01 CONJ. A SAMAMBAIA DF
280	AG. SAMAMBAIA SUL	QN 304, CONJUNTO 03, LOTE 02 - SAMAMBAIA SUL
064	AG. SANTA MARIA	QUADRA CENTRAL 01 LOTE 10 BLOCO B SANTA MARIA/DF
103	AG. TAGUATINGA	C. 08 LOTES 13, 14, 29 E 30 – TAGUATINGA/DF
024	AG. TAGUATINGA NORTE	CNG 04 LOTES 17/18 TAGUATINGA NORTE/DF
252	AG. TAGUATINGA SHOPPING	QS 01 RUA 210 LOTE 40 LOJAS 1004/1005/1006 – TAGUATINGA/DF
047	AG. TAGUATINGA SUL	CSD 06 LOTES 24 TAGUATINGA SUL/DF
287	AG. VICENTE PIRES	RUA 05/08, CHÁCARA 230, LOTE 01-A - BRASÍLIA
134	AG. CEMAB	QSA 05, AE 1LOTE CEAB POSTO SERVIÇO FEDF/CEAB, TAGUATINGA/DF
124	AG. PMDF TAGUATINGA	QNG AE 22 TAGUATINGA NORTE/DF
130	AG. METRÔ ÁGUAS CLARAS	AV. JEQUITIBÁ Nº 155 COMPLEXO METRÔ-ÁGUAS CLARAS
143	AG. PMDF GAMA	9º BATALHÃO DE POLÍCIA MILITAR – AE 2 SETOR SUL – GAMA/DF
217	AG. SEE/DF CEILÂNDIA	QNM 14 ÁREA ESPECIAL DRE ESCOLA 54 – CEILÂNDIA/DF
255	AG. SEE/DF GAMA	AE EQ 27/36 LADO OESTE SETOR CENTRAL – GAMA/DF
283	AG.SES/DF HRB	ÁREA ESPECIAL 06, SETOR TRADICIONAL - BRAZLÂNDIA
142	AG. SES/DF HRC	QNM 17 AREA ESPECIAL 01 HRC – CEILÂNDIA/DF
144	AG. SES/DF HRG	S. CENTRAL ÁREA ESPECIAL HOSPITAL REG. DO GAMA – GAMA/DF
133	AG. SES/DF HRT	SETOR C-NORTE ÁREA ESPECIAL 24 TAGUATINGA
150	PA TJ BANDEIRANTE	AV. CONTORNO, AE 13, LOTE 14, FÓRUM - N. BANDEIRANTE/DF
263	PA TJ RIACHO FUNDO	QS 02, AE A - RIACHO FUNDO
161	AG. TJ CEILÂNDIA	QNM 11 AE Nº 1 FÓRUM CEILÂNDIA – CEILÂNDIA/DF
222	AG. TJ SAMAMBAIA	ÁREA URBANA 01, Q. 302, ED. FORUM DE SAMAMBAIA, TÉRREO
237	AG.TJ TAGUATINGA	A.E. 23, SETOR "C" NORTE, FÓRUM DE TAGUATINGA -TAGUATINGA/DF
----	FINANCEIRA BRB – Taguatinga	C.08, LOTES 13, 14, 29 e 30, SOBRELOJA AG. TAGUATINGA
----	CEDOC	SIG Qd. 08, Lts. 2327 a 2337 - BRASÍLIA - DF-
----	DITEC	SIA TRECHO 17, RUA03, LOTE 120 - BRASÍLIA
----	ED. BRASÍLIA	SBS Qd. 01, Bl. E, Ed. BRASÍLIA – DF
----	GEMAT	SIA TRECHO 03, LOTE 1615 - BRASÍLIA – DF

ANEXO V

DECLARAÇÃO DE PARENTESCO
(Modelo)

A empresa _____, CNPJ nº _____, com sede em _____ (endereço completo), por intermédio de seu representante legal, infra-assinado, para os fins do **PREGÃO ELETRÔNICO 064/2016**, DECLARA, sob penas da lei, que não possui, em seu quadro de pessoal, administrador, proprietário ou sócio com poder de direção, com vínculo familiar com funcionário com função de confiança do Banco de Brasília S.A, nos termos do art. 8º do Decreto nº 32.751/2011.

Local e data

Assinatura do representante da empresa
(nome e número da identidade)

ANEXO VI – MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO BRB - 2016/..., CELEBRADO ENTRE O BRB - BANCO DE BRASÍLIA S.A. E A EMPRESA....., OBJETIVANDO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA ARMADA PARA DEPENDÊNCIAS DO BRB - BANCO DE BRASÍLIA S.A LOCALIZADAS NO DISTRITO FEDERAL – REGIÃO II

Processo nº 041.001.126/2015.

De um lado, o **BRB - BANCO DE BRASÍLIA S.A.**, Instituição Financeira, Sociedade de Economia Mista, vinculada ao Distrito Federal, com sede em Brasília-DF, no SBS, Quadra 01, Bloco "E", Edifício Brasília, inscrito no CNPJ sob o nº 00.000.208/0001-00, neste ato representado, nos termos do, pelo....., Sr.....(dados pessoais), portador da cédula de identidade nº..... e do CPF nº....., residente e domiciliado em....., doravante denominado apenas **BRB**; e, de outro lado, a empresa....., com sede em....., à....., inscrita no CNPJ sob o nº....., neste ato representada pelo....., Sr.(dados pessoais), portador da cédula de identidade nº..... e do CPF nº....., residente e domiciliado em....., doravante denominada apenas **CONTRATADA**, resolvem firmar o presente Contrato, que será regido pela Lei nº 10.520/2002 e Lei nº 8.666/93 e pelas cláusulas e condições seguintes:

- DO OBJETO -

CLÁUSULA PRIMEIRA: O presente Contrato tem por objeto a contratação de empresa especializada para prestação, de forma contínua, de serviços de vigilância e segurança armada e desarmada do patrimônio, diretores, empregados, prestadores, usuários e clientes, nas dependências do Banco de Brasília S.A – BRB - localizadas no Distrito Federal – REGIÃO II, conforme condições e especificações constantes do Edital de Pregão Eletrônico nº064/2016 e seus Anexos, obedecendo integralmente as disposições da proposta da CONTRATADA, de .././..., que ficam fazendo parte integrante do presente instrumento, como se aqui transcritas estivessem.

Parágrafo Único: Até o encerramento das obrigações constantes do Contrato, a CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato. Nas supressões, esse limite poderá ser excedido, desde que resulte de acordo celebrado entre o BRB e a CONTRATADA.

- DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA -

CLÁUSULA SEGUNDA: São obrigações da CONTRATADA, entre outras:

- I. Cumprir rigorosamente as especificações e os prazos constantes do **Anexo I** do Edital;
- II. Todas as solicitações feitas pela CONTRATANTE serão registradas pela CONTRATADA, para acompanhamento e controle da execução dos serviços;
- III. Prestar os serviços objeto deste contrato, conforme solicitado pela CONTRATANTE e em conformidade com os termos do presente instrumento;
- IV. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela CONTRATANTE, atendendo de imediato às solicitações;
- V. Comunicar à CONTRATANTE qualquer fato extraordinário ou anormal que ocorra durante a vigência do contrato, para adoção das medidas cabíveis;
- VI. Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação desta licitação;
- VII. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente a CONTRATADA decorrentes de sua culpa ou dolo quando da execução dos serviços;
- VIII. Instruir seus empregados quanto às necessidades de acatar as orientações do preposto da CONTRATANTE, inclusive quanto ao cumprimento de Normas Internas e de Segurança e Medicina do Trabalho;
- IX. Acatar as decisões e observações feitas pela fiscalização e/ou preposto da CONTRATANTE, relativamente à prestação dos serviços;

- X. A CONTRATADA deverá, também, fornecer a CONTRATANTE, toda e qualquer informação que lhe seja solicitada quanto ao objeto e execução dos serviços contratados, bem como facilitar a fiscalização da execução dos serviços, cuja omissão não diminui ou substitui a responsabilidade da contratada decorrente das obrigações pactuadas.

CLÁUSULA TERCEIRA: Os serviços serão prestados diretamente pela CONTRATADA, vedada a subempreitada, cessão ou caução a terceiros das obrigações decorrentes do Contrato.

CLÁUSULA QUARTA: Antes de ser designado para realizar os serviços no BRB, o empregado da CONTRATADA deverá apresentar-se à administração da dependência a qual foi designado, munido do seguinte documento:

- I. Carta de apresentação assinada por representantes credenciados da CONTRATADA.

CLÁUSULA QUINTA: O empregado designado para a execução dos serviços ficará subordinado à CONTRATADA, que se obriga a fiscalizar regularmente o cumprimento dos horários e a boa execução dos serviços.

Parágrafo Primeiro: Obriga-se a CONTRATADA, ainda, a sanar prontamente as falhas ou irregularidades na execução do serviço que porventura vierem a ser apuradas, sem nenhum ônus para o BRB.

Parágrafo Segundo: Em qualquer circunstância, o BRB dirigirá à CONTRATADA **correspondência**, que será entregue mediante protocolo. O não atendimento aos termos da correspondência no prazo de 05 (cinco) dias, será facultado ao Banco a rescisão contratual, sem prejuízo das demais cláusulas de rescisão estabelecidas neste Contrato.

CLÁUSULA SEXTA: As comunicações do BRB, para execução dos serviços, serão feitas por escrito à CONTRATADA, salvo em caso de urgência, quando o BRB poderá dar ordens diretamente aos encarregados da CONTRATADA em serviço, fazendo "a posteriori", quando for o caso, a comunicação, por escrito.

CLÁUSULA SÉTIMA: É de responsabilidade da CONTRATADA efetuar os pagamentos dos impostos, taxas, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do Contrato, além de despesas de qualquer natureza que se fizerem indispensáveis à perfeita execução do Contrato.

Parágrafo Primeiro: No primeiro mês da prestação dos serviços, e sempre que houver admissão de novos empregados, a contratada deverá apresentar a seguinte documentação:

1. Relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços;
2. Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços devidamente assinada pela contratada;
3. Exames médicos admissionais dos empregados da contratada que prestarão os serviços.

Parágrafo Segundo: A contratada entregará até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, quando não for possível a verificação da regularidade dos mesmos no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF:

1. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
2. Certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
3. Certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do contratado;
4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF;
5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

Parágrafo Terceiro: Quando solicitado pelo BRB, a contratada entregará quaisquer dos seguintes documentos:

1. Extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério da Administração contratante;

2. Cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador o órgão ou entidade contratante;
3. Cópia dos contracheques dos empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários;
4. Comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei ou de convenção ou acordo coletivo de trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado;
5. Comprovantes de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem que forem exigidos por lei ou pelo contrato;

Parágrafo Quarto: Em até 60 (sessenta) dias após a extinção ou rescisão do contrato, a contratada deverá entregar os seguintes documentos:

1. Termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviço, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria;
2. Guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais;
3. Extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado;
4. Exames médicos demissionais dos empregados dispensados.

- DAS OBRIGAÇÕES DO BRB -

CLÁUSULA OITAVA: São obrigações do BRB:

- I. exercer a fiscalização dos serviços por empregados especialmente designados;
- II. disponibilizar instalações sanitárias;
- III. destinar local para guarda dos saneantes domissanitários, materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários à execução dos serviços;
- IV. permitir o acesso dos empregados da CONTRATADA para execução dos serviços;
- V. prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos empregados da CONTRATADA;
- VI. colocar à disposição dos empregados da CONTRATADA local para guarda de uniformes e outros pertences necessários ao bom desempenho dos serviços;
- VII. colocar à disposição da CONTRATADA os equipamentos e utensílios existentes nas copas em perfeito estado de conservação e condições normais de uso, data em que a CONTRATADA assumirá total responsabilidade pela manutenção e guarda dos mesmos;
- VIII. comunicar oficial e expressamente à CONTRATADA quaisquer falhas ocorridas, consideradas de natureza grave.

- DO PREÇO E DO PAGAMENTO À CONTRATADA -

CLÁUSULA NONA: Pelos serviços contratados, incluindo todas as despesas e encargos, tais como: impostos, taxas, fretes, seguros, encargos sociais, mão de obra, etc., incidentes sobre os serviços, o BRB pagará à CONTRATADA, mensalmente, o valor de R\$. (.....), conforme quadro a seguir:

***** PLANILHA DE PREÇOS**

CLÁUSULA DÉCIMA: O faturamento mensal dos serviços será realizado com base no quantitativo de profissionais que efetivamente trabalharam durante o mês.

Parágrafo ÚNICO: Serão caracterizadas como horas extras, portanto com direito a remuneração, aquelas excedentes à jornada CONTRATADA e previamente solicitadas, por escrito, pelo BRB. As horas extras serão pagas pelos valores fixados pela legislação trabalhista ou pela convenção coletiva da categoria, excluídos os custos e as despesas não incidentes.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: O pagamento será efetuado através de crédito em conta-

corrente em uma das agências do BRB, no 3º (terceiro) dia útil do mês subsequente ao da prestação dos serviços.

Parágrafo Primeiro: Para que o pagamento ocorra no dia estabelecido no “caput” desta **Cláusula**, a CONTRATADA deverá apresentar documento fiscal até o dia 25 do mês da prestação dos serviços.

Parágrafo Segundo: Caso o documento fiscal seja apresentado após o prazo estabelecido no **Parágrafo Primeiro desta Cláusula**, o BRB efetuará o pagamento no prazo que for necessário, conforme normas internas do BRB.

Parágrafo Terceiro: Os prazos previstos **nesta Cláusula** somente serão observados quando não houver motivo para aplicação de multas ou de outras penalidades, casos em que o pagamento será efetuado após transcorrido o prazo para interposição de recursos ou após seu julgamento pelo BRB.

Parágrafo Quarto: As provisões de encargos trabalhistas relativas a férias, décimo terceiro salário e multa do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS por dispensa sem justa causa, serão glosadas do valor mensal do Contrato e depositadas exclusivamente em uma conta vinculada aberta pela CONTRATADA no BRB.

Parágrafo Quinto: O valor atinente às provisões acima referidas deve ser encaminhado à área gestora do Contrato, em planilha separada, junto com a fatura relativa aos serviços prestados, para que, após conferência e ateste, seja efetuado o depósito correspondente em conta-corrente vinculada - bloqueada para movimentação – aberta pela CONTRATADA e em nome da empresa, unicamente para essa finalidade e com movimentação somente por ordem formal e exclusiva do BRB.

Parágrafo Sexto: O depósito do valor relativo às provisões descritas no **Parágrafo Quarto** será efetuado com o mesmo percentual de acréscimo do lucro proposto pela CONTRATADA.

Parágrafo Sétimo: O montante do depósito vinculado será igual ao somatório dos valores das seguintes provisões previstas para o período de contratação, acrescidas do mesmo percentual de acréscimo do lucro proposto pela CONTRATADA:

- a) décimo terceiro salário;
- b) férias e abono de férias;
- c) impacto sobre férias e décimo terceiro salário;
- d) multa do FGTS.

Parágrafo Oitavo: Os valores referentes às provisões de encargos trabalhistas depositados na conta-corrente vinculada – bloqueada para movimentação – deixarão de compor o valor do pagamento mensal à CONTRATADA.

Parágrafo Nono: Para a liberação de valores depositados na conta-corrente vinculada, bloqueada para movimentação, a CONTRATADA deverá apresentar ao BRB documentos comprobatórios da quitação das indenizações trabalhistas, conforme previsão legal.

Parágrafo Décimo: O saldo remanescente da conta-corrente vinculada – bloqueada para movimentação – será liberado à CONTRATADA, no momento do encerramento do Contrato, mediante declaração do sindicato da categoria correspondente aos serviços contratados, confirmando a quitação de todas as indenizações trabalhistas, ocorrendo ou não o desligamento dos empregados.

Parágrafo Décimo Primeiro: A execução completa do Contrato só acontecerá quando a CONTRATADA comprovar o pagamento de todas as obrigações trabalhistas e previdenciárias referentes aos empregados.

Parágrafo Décimo Segundo: Por força do artigo 19-A do Decreto Distrital nº 25.508/2005, a CONTRATADA deverá se inscrever no Cadastro Fiscal do Distrito Federal (CF/DF), por meio do site www.fazenda.df.gov.br.

Parágrafo Décimo Terceiro: O documento fiscal deverá ser emitido em 02 (duas) vias no mínimo, conter o número de inscrição no CF/DF e o endereço no DF, nos termos dos artigos 19-C e 19-E do Decreto Distrital nº 25.508/2005, e estar acompanhado dos seguintes

documentos:

- a) Certidão Conjunta Negativa de Débitos, relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pela Receita Federal do Brasil;
- b) Certidão Negativa de Tributos expedida pela Fazenda do DF;
- c) Certificado de Regularidade do FGTS emitido pela Caixa Econômica Federal;
- d) Certidão Negativa de Débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros, expedida pela Receita Federal do Brasil;
- e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;
- f) cópias dos contracheques e comprovantes de pagamento em conta corrente de cada trabalhador prestando ou que tenha prestado serviços no BRB, assinados pelos mesmos.
- g) Cópias das guias de recolhimento do INSS e do FGTS individualizada aos trabalhadores prestando ou que tenham prestado serviços no BRB.
- h) Cópia dos recibos de entrega dos vales-transporte e vales-alimentação de cada trabalhador prestando ou que tenha prestado serviço no BRB, caso haja a obrigatoriedade do pagamento, em caso da contratada fornecer o benefício alimentício, por intermédio de outra empresa que trabalhe com cartão magnético, deverá apresentar cópias dos respectivos comprovantes de crédito disponível nos cartões dos referidos empregados.
- i) Cópia do pagamento de férias ou verbas rescisória de todos os empregados que estejam, ou estiveram, prestando serviço no BRB.
- j) Cópia da folha individual de frequência de cada trabalhador prestando ou que tenha prestado serviço no BRB.
- k) Certidões negativas de débitos atualizadas junto ao INSS, FGTS, GDF, Receita Federal e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.
- l) Cópia da GFIP e seu comprovante de recolhimento.
- m) Cópia da SEFIP, que deve constar o nome de cada trabalhador prestando ou que tenha prestado serviço no BRB.
- n) Cópia da GPS e seu comprovante de pagamento.
- o) Cópia do comprovante do pagamento do vale alimentação.
- p) Cópia do comprovante do pagamento do plano de saúde.

Parágrafo Décimo Quarto: O documento fiscal não aprovado pelo BRB será devolvido à CONTRATADA para as devidas correções, passando a contar os prazos previstos **nesta Cláusula**, a partir da data de sua reapresentação e consequente aprovação pelo BRB.

Parágrafo Décimo Quinto: Ocorrendo alteração na legislação quanto ao prazo de pagamento dos profissionais da CONTRATADA, o prazo para pagamento das faturas constantes do “**caput**” **desta Cláusula** será alterado, de forma que possibilite à CONTRATADA manter suas obrigações com seus empregados.

Parágrafo Décimo Sexto: Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira em virtude de atraso no recolhimento dos encargos sociais do empregado colocado à disposição do BRB, ou em virtude de inadimplência contratual como a falta de pagamento dos salários a seus empregados.

Parágrafo Décimo Sétimo: Ocorrendo atraso no pagamento, e desde que para tanto não tenha concorrido de alguma forma a CONTRATADA, haverá incidência de correção monetária sobre o valor devido, pela variação acumulada do IPCA - Índice de Preços ao Consumidor, divulgado pelo IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, ou outro indicador que o venha substituir.

- DA VIGÊNCIA -

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: A vigência do Contrato será de 30 (trinta) meses, contados do dia 07/11/2016, podendo ser estendida por igual período, a critério exclusivo do BRB.

– DA REPACTUAÇÃO –

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: A repactuação deste Contrato é permitida, desde que observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses, a contar:

1. Da data da proposta, em relação aos itens envolvendo insumos (exceto quanto a obrigações decorrentes de acordo ou convenção coletiva de trabalho e de Lei) e materiais, cuja atualização será efetuada com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA/IBGE;
2. Do efeito financeiro do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho, de --/--/20-- , registrado(a) no Ministério do Trabalho e Emprego – MTE sob o nº -----, celebrada com/entre o Sindicato ----- e o Sindicato -----, vigente à época da apresentação da proposta, em relação aos itens envolvendo a folha de salários e ou de custos/encargos decorrente destes instrumentos.

Parágrafo Primeiro: As repactuações a que o contratado fizer jus e não forem solicitadas durante a vigência do contrato, serão objeto de preclusão com a assinatura da prorrogação contratual ou com o encerramento do contrato, exceto se a CONTRATADA suscitar seu direito por ocasião da assinatura de termo aditivo e/ou prorrogação contratual.

Parágrafo Segundo: As repactuações serão precedidas de solicitação da CONTRATADA, acompanhada de cálculo e demonstração analítica do aumento ou da redução dos custos do contrato, considerando-se:

1. Na hipótese de repactuação decorrente da alteração de custo dos materiais e equipamentos necessários à execução dos serviços, estes deverão ser demonstrados por meio de Planilha de Composição de Custos e Formação de Preços, que deverá ser conferida e aceita pelo BRB;
2. Em se tratando de variação de custos relativos à mão de obra vinculada à data-base deverá ser apresentada planilha analítica de custos, com detalhamento dos reajustes decorrentes do novo acordo, convenção ou dissídio coletivo que fundamenta a repactuação.
3. Os custos não renováveis já pagos ou amortizados no primeiro ano de contrato não estão sujeitos a repactuação.

Parágrafo Terceiro: Observado o disposto no item 1 do *Caput* desta Cláusula, em situações pontuais, quando da solicitação da repactuação para fazer jus a variação de custos decorrente do mercado, esta somente será concedida mediante a comprovação pelo contratado do aumento dos custos, considerando-se:

1. Os preços praticados no mercado ou em outros contratos do BRB;
2. As particularidades do contrato em vigência;
3. A nova planilha com variação dos custos apresentada;
4. Indicadores setoriais, tabelas de fabricantes, valores oficiais de referência, tarifas públicas ou outros equivalentes; e
5. A disponibilidade orçamentária do BRB.

Parágrafo Quarto: Os efeitos financeiros são devidos a partir da ocorrência do fato gerador que deu causa à repactuação, desde que devidamente acompanhada dos documentos comprobatórios, cabendo a parte interessada a iniciativa e o encargo dos cálculos e da demonstração analítica do aumento ou da redução dos custos. Na falta dos documentos comprobatórios, o BRB não considerará a repactuação para fins de pagamento da fatura.

Parágrafo Quinto: Quanto aos itens envolvendo a folha de salários ou de custos decorrentes destes instrumentos, fica garantido o direito a repactuação destes itens na hipótese de acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho que tenha sido registrado no MTE posteriormente ao encerramento do contrato, mas que produza efeitos financeiros durante a vigência desse.

Parágrafo Sexto: Na hipótese de aumento do salário mínimo, somente haverá a atualização financeira se a diferença entre o salário mínimo e o salário registrado no acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho for superior a 5% (cinco por cento). Caso a diferença seja menor, a CONTRATADA deverá arcar com os custos de majoração salarial

até o registro de novo acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho que regulariza a situação.

Parágrafo Sétimo: É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, decisão judicial, ou de acordo ou convenção coletiva.

Parágrafo Oitavo: Nas repactuações subsequentes à primeira, a anualidade será contada a partir da data do fato gerador que deu ensejo à última repactuação.

Parágrafo Nono: A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quanto forem necessárias em respeito ao princípio da anualidade do reajuste dos preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, tais como os custos decorrentes da mão de obra e os custos decorrentes dos insumos necessários à execução do serviço.

Parágrafo Décimo: As repactuações a que o contratado fizer jus e não forem solicitadas durante a vigência do contrato, serão objeto de preclusão com a assinatura da prorrogação contratual ou com o encerramento do contrato.

Parágrafo Décimo Primeiro: Na aplicação do índice "pró-rata", será utilizada a fórmula exponencial e considerar-se-á o mês comercial (30 dias).

Parágrafo Décimo Terceiro: O BRB poderá realizar diligências para conferir a variação de custos alegada pela contratada.

Parágrafo Décimo Quarto: As repactuações, como espécie de reajuste, poderão ser formalizadas por apostilamento, exceto quando coincidirem com a prorrogação contratual, quando deverão ser formalizadas por meio de termo aditivo.

- DA RESCISÃO DO CONTRATO -

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: Constituem motivos para rescisão administrativa ou unilateral do Contrato, por parte do BRB, os seguintes:

- I. O não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações e prazos;
- II. O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações e prazos;
- III. A lentidão do seu cumprimento, levando o BRB a comprovar a impossibilidade da conclusão dos serviços, nos prazos estipulados;
- IV. O atraso injustificado no início do serviço;
- V. A paralisação do serviço, sem justa causa e prévia comunicação ao BRB;
- VI. A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação da CONTRATADA com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no Contrato;
- VII. O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como a de seus superiores;
- VIII. O cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma prevista neste Contrato;
- IX. A decretação de falência;
- X. A dissolução da sociedade;
- XI. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da CONTRATADA, a sua associação com outrem, bem como a fusão, cisão ou incorporação que dificultem ou inviabilizem a execução dos serviços.
- XII. Razões de interesse administrativo do BRB;
- XIII. A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do Contrato;
- XIV. Descumprimento do disposto no inciso V do Art. 27 da Lei 8666/93, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

Parágrafo Único: A rescisão do Contrato, efetivada pelo BRB, com base nos **incisos I a XIII desta Cláusula**, acarreta as seguintes consequências, sem prejuízo da aplicação das

sanções previstas neste Contrato e na lei:

- I. assunção, imediata, pelo BRB, dos serviços objeto deste Contrato, no estado em que se encontrem, por ato próprio seu;
- II. ocupação e utilização do local, instalações, equipamentos, material e pessoal empregados na execução do Contrato, necessários a sua continuidade, na forma do inciso V, do artigo 58, da Lei 8.666/93;
- III. retenção dos créditos decorrentes deste Contrato, até o limite dos prejuízos causados ao BRB.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: A rescisão do Contrato poderá ser amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para o BRB.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: A rescisão do Contrato poderá dar-se, ainda, judicialmente, nos termos da legislação.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: Quando a rescisão ocorrer com base nos incisos XII e XIII da Cláusula Décima Quarta, sem que haja culpa da CONTRATADA, o BRB ressarcirá os prejuízos que a CONTRATADA houver sofrido, tendo esta, ainda, direito aos pagamentos devidos pela execução do Contrato até a data da rescisão.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo de contratação, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

- DAS PENALIDADES -

CLÁUSULA DÉCIMA NONA: Pela inexecução total ou parcial das obrigações decorrentes deste Contrato o BRB poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

- I. advertência;
- II. multa de:
 - a) 10% (dez por cento) sobre o valor total atualizado do Contrato, em caso de inexecução total das obrigações, exceto nos casos do **item 16.1 do Edital**;
 - b) até 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela não executada, em caso de inexecução parcial das obrigações, se outra não estiver devidamente especificada no Termo de Referência;
- III. suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com o BRB, pelo prazo de até 2 (dois) anos;
- IV. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a sua reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade.

CLÁUSULA VIGÉSIMA: A penalidade de advertência poderá ser aplicada nos seguintes casos, independentemente da aplicação de multa:

- descumprimento das obrigações assumidas contratualmente, desde que não acarretem prejuízos para o BRB;
- execução insatisfatória ou inexecução das obrigações assumidas, desde que a sua gravidade não recomende o enquadramento nos casos de suspensão temporária ou inidoneidade;
- pequenas ocorrências que possam acarretar transtornos no desenvolvimento dos serviços do BRB.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA: O atraso injustificado na execução das obrigações assumidas, sujeitará a CONTRATADA à multa de 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento) ao dia, calculada sobre o valor total faturado no mês, limitada a 10% (dez por cento) do valor total do Contrato atualizado, se não houver outra especificada no Termo de Referência.

Parágrafo Primeiro: Caberá multa de 10% (dez por cento) sobre o último faturamento mensal dos serviços por falha ou irregularidade detectada na prestação dos serviços na dependência, notadamente no caso de a CONTRATADA não executar os serviços na forma estabelecida no Contrato.

Parágrafo Segundo: Havendo rescisão do Contrato por culpa da CONTRATADA, será aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor total atualizado do Contrato, exceto nos casos do **item 16.1. do Edital**.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA: As multas acima referidas não impedem que o BRB rescinda unilateralmente o Contrato e aplique as outras sanções previstas neste Contrato, facultada a defesa prévia da CONTRATADA, no respectivo processo.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA: As multas aplicadas serão descontadas dos pagamentos eventualmente devidos pelo BRB.

Parágrafo Primeiro: Inexistindo pagamento devido pelo BRB ou sendo este insuficiente, caberá à CONTRATADA o pagamento do que for devido, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, contado da data da comunicação da confirmação da multa.

Parágrafo Segundo: Não se realizando o pagamento no prazo definido **nesta Cláusula**, far-se-á a sua cobrança judicialmente.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA: A penalidade de suspensão temporária do direito de licitar e contratar com o BRB poderá ser aplicada nos seguintes prazos e situações:

A) por 6 (seis) meses:

- a. quando ocorrer atraso no cumprimento das obrigações assumidas contratualmente, que tenha acarretado prejuízos ao BRB;
- b. quando ocorrer execução insatisfatória dos serviços, se antes tiver havido aplicação da penalidade de advertência.

B) por 01 (um) ano:

- I. quando a CONTRATADA der causa à rescisão do Contrato.

C) por 02 (dois) anos, quando a CONTRATADA:

- I. cometer atos ilícitos que acarretem prejuízo ao BRB;

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA: A penalidade de declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública será proposta se constatada má fé, ação maliciosa e premeditada da CONTRATADA em prejuízo do BRB, evidência de atuação com interesses escusos ou reincidência de faltas que acarretem prejuízos ao BRB ou aplicações sucessivas das outras penalidades anteriormente descritas.

Parágrafo Único: A penalidade prevista **nesta Cláusula** é de competência exclusiva do Secretário de Estado de Fazenda do Distrito Federal, facultada a defesa prévia do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da data da abertura de vista.

– DO SIGILO E CONFIDENCIALIDADE DAS INFORMAÇÕES –

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA: A CONTRATADA se obriga a manter o mais absoluto sigilo com relação a toda e qualquer informação, que venha a ser, a partir desta data, fornecida pelo BRB de forma escrita, verbal ou de outro modo, devendo sempre tratá-la como informação sigilosa, exceto se devidamente autorizado por escrito pelo BRB, obrigando-se também a:

- I - não revelar, reproduzir, utilizar, copiar ou dar conhecimento, em hipótese alguma a terceiros, bem como não permitir que nenhum de seus diretores, empregados e/ ou prepostos faça uso das informações fornecidas pelo BRB de forma diversa da execução do objeto do Contrato, mantendo sempre estrito sigilo acerca de tais informações;
- II - cientificar seus diretores, empregados e/ ou prepostos da existência das obrigações referentes a Sigilo e Confidencialidade das Informações, devendo tomar todas as medidas de cautela cabíveis a fim de mantê-las em sigilo absoluto;
- III - não tomar qualquer medida com vistas a obter, para si ou para terceiros, os direitos

de propriedade intelectual relativos à informações que venham a ser reveladas.

Parágrafo Primeiro: As obrigações relacionadas ao sigilo das informações constituem acordo entre as PARTES e tem natureza irrevogável e irretratável, permanecendo em vigor desde a data da revelação das informações até 5 (cinco) anos após o término do objeto do Contrato.

Parágrafo Segundo: A quebra de sigilo profissional, devidamente comprovada, sem autorização expressa do BRB, possibilitará a imediata rescisão de qualquer contrato firmado entre as PARTES, sem ônus para o BRB. Neste caso, a CONTRATADA estará sujeita, por ação ou omissão, ao pagamento ou recomposição de todas as perdas e danos sofridos pelo BRB, inclusive as de ordem moral ou concorrencial, bem como as de responsabilidade civil e criminal respectivas, as quais serão apuradas em regular processo judicial ou administrativo.

Parágrafo Terceiro: A CONTRATANTE poderá manter registros sobre todas as atividades relacionadas à execução do presente contrato que sejam efetuadas através de acessos físicos ou lógicos às informações sigilosas e confidenciais, equipamentos, softwares, instalações, programas-fonte e quaisquer outros ativos de informação da CONTRATANTE, com o objetivo de:

- a) apurar a observação das cláusulas referentes ao sigilo e a confidencialidade deste contrato;
- b) determinar ocorrência de algum comprometimento dos ativos de informação da CONTRATANTE, por exemplo, perda ou modificação de dados não autorizados;
- c) identificar a divulgação e reprodução não autorizada de informações sigilosas;
- d) auditar, por si ou por terceiro contratado, as responsabilidades contratuais e extracontratuais.

- DA GARANTIA -

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA: A CONTRATADA obriga-se a apresentar comprovante de garantia, de valor igual a 5% (cinco por cento) do valor total do Contrato, correspondente a R\$.....(....).

Parágrafo Primeiro: A garantia se fará mediante escolha por uma das seguintes modalidades:

- I. caução: em dinheiro ou em títulos da dívida pública;
- II. seguro-garantia; ou
- III. fiança bancária;

Parágrafo Segundo: Na hipótese de insuficiência de prazo para emissão da apólice de seguro ou da carta de fiança, no prazo estabelecido no caput desta Cláusula, a garantia deverá ser prestada mediante caução em dinheiro, que será restituída após a entrega da garantia definitiva.

Parágrafo Terceiro: A garantia deverá ter validade durante a execução do contrato e 3 (três) meses após o término da vigência contratual, devendo ser renovada a cada prorrogação, observados ainda os seguintes requisitos:

- a) a CONTRATADA deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do BRB, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia.
- b) a garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, assegurará o pagamento de:
 1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
 2. prejuízos causados ao BRB ou a terceiro, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
 3. multas moratórias e punitivas aplicadas pelo BRB à CONTRATADA; e
 4. obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela CONTRATADA;

- c) a modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados nos itens da alínea “b”;
- d) a garantia em dinheiro deverá ser efetuada no Banco de Brasília – BRB em conta específica com correção monetária, em favor do BRB;
- e) a inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, observado o máximo de 2% (dois por cento)
- f) o atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular deste contrato.
- g) o garantidor não é parte interessada para figurar em processo administrativo instaurado pelo BRB com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à CONTRATADA;
- h) a garantia será considerada extinta:
1. com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do BRB, mediante termo circunstanciado, de que a CONTRATADA cumpriu todas as cláusulas do contrato; e
 2. após o término da vigência do contrato, observado o prazo descrito no caput deste Parágrafo, que poderá ser estendido em caso de ocorrência de sinistro;
- i) o BRB não executará a garantia nas seguintes hipóteses:
1. caso fortuito ou força maior;
 2. alteração, sem prévia anuência da seguradora ou do fiador, das obrigações contratuais;
 3. descumprimento das obrigações pela CONTRATADA decorrente de atos ou fatos da Administração; ou
 4. prática de atos ilícitos dolosos por empregados do BRB.
- j) não serão admitidas outras hipóteses de não execução da garantia, que não as previstas na alínea “i”; e
- k) Nos casos de contratações de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra, a garantia somente será liberada ante a comprovação de que a CONTRATADA pagou todas as verbas rescisórias trabalhistas decorrentes da contratação, e que, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia será utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas diretamente pelo BRB.

Parágrafo Quarto: Caso a modalidade escolhida seja a fiança bancária, o documento que formaliza a garantia deve conter a expressa indicação de que o fiador renuncia expressamente ao benefício previsto no artigo 827 do Código Civil Brasileiro.

- DISPOSIÇÕES FINAIS -

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA: As omissões deste Contrato e as dúvidas oriundas de sua interpretação serão sanadas de acordo com o que dispuserem o Edital do Pregão Eletrônico nº064/2016 e a proposta apresentada pela CONTRATADA, prevalecendo, em caso de conflito, as disposições do Edital sobre as da proposta.

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA: A presente contratação decorre de adjudicação à CONTRATADA da prestação dos serviços, através do Pregão Eletrônico nº 064/2016, conforme decisão do Pregoeiro, lavrada em Ata, de/.., e homologação pelo, em/..

CLÁUSULA TRIGÉSIMA: Para os efeitos fiscais e de direito, as partes dão ao presente instrumento o valor de R\$...... (.....).

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA: As despesas decorrentes do presente Contrato correrão com base no Orçamento de Investimentos e Dispendios, Natureza 4 - dispêndio das estatais, e Fonte 1 - geração própria.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA: Fica eleito o foro de Brasília-DF, para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes da execução deste Contrato, com renúncia das partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justas e acordadas, as partes assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Brasília-DF,

Pelo **BRB**: _____

Pela **CONTRATADA**: _____

ANEXO VII
TERMO VOLUNTÁRIO DE COMPROMISSO
PESSOA JURÍDICA

Nome da empresa: _____,
sociedade devidamente constituída e existente de acordo com as leis da República
Federativa do Brasil, com sede na cidade de _____,
estado de _____, inscrita perante o CNPJ/MF sob o nº _____, neste
ato devidamente representada por seu _____,
nome _____ nacionalidade _____,
profissão _____, portador(a) da cédula de identidade RG nº _____,
_____ portador(a) do CPF nº _____,
_____ residente e domiciliado(a) na cidade de _____,
_____ estado de _____, declara:

- I. Estar plenamente ciente do teor e da extensão do documento Relacionamento de Valor do BRB Banco de Brasília S.A. localizado no sítio www.brb.com.br e deter plenos poderes e informações para firmá-lo;
- II. Estar ciente de que a assinatura deste Termo de Compromisso não obriga o BRB a estabelecer qualquer relação comercial com a empresa signatária;
- III. A vigência deste Termo se restringe ao prazo de validade do instrumento jurídico que estabelece a relação comercial.

_____, ____ de _____ de 20____

(Nome e Cargo)

(Assinatura)